

Escravidão e Desenvolvimento Econômico: Brasil e Sul dos Estados Unidos no Século XIX*

RICHARD GRAHAM

Toda História é comparativa. Os julgamentos feitos pelos historiadores derivam sempre de algum padrão de comparação explícito ou implícito. Assim, quando os historiadores descrevem o Sul dos Estados Unidos, no período anterior à Guerra Civil, como tecnicamente atrasado, rural, não industrializado, socialmente retrógrado e pa-

terralista, eles estão, na verdade, comparando sua situação com a do Norte⁽¹⁾. Quando os historiadores do Brasil descrevem este país no século XIX, nos mesmos termos, a comparação tem por base ou as áreas capitalistas hegemônicas daquele período, incluindo o Norte dos Estados Unidos, ou o próprio Brasil em períodos posteriores⁽²⁾.

Este artigo foi publicado pela primeira vez em *Comparative Studies in Society and History*, 23 (4): 620-55, Outubro, 1981. Eu gostaria de agradecer às contribuições que foram feitas a este artigo por alunos da Universidade de São Paulo e Universidade Federal Fluminense, onde tive a oportunidade de realizar seminários sobre este tema. Também aproveitei bastante os comentários feitos por Mariano Diaz Miranda, Albert Fishlow, Sandra Lauderdale Graham, Barnes Lathrop, Nathaniel Leff, John Lombardi, Fernando Novais, Julius Rubin, Stuart Schwartz, e Joseph E. Sweigart. O apoio financeiro foi proporcionado pelo Institute of Latin American Studies, Universidade do Texas, Austin. Uma versão preliminar deste estudo foi apresentada perante a *Latin American Studies Association* em abril de 1979.

- (1) Mesmo quando os estudiosos negam a validade destas qualificações, eles ainda assim estão comparando o Sul com o Norte, como o fazem FOGEL, Robert William & ENGERMAN, Stanley L. *The economics of slavery*. In: *The reinterpretation of American economic history*, FOGEL, Robert William & ENGERMAN, Stanley L. eds. New York, Harper and Row, 1971, p. 333-38. Este seu argumento é posteriormente reproduzido em sua obra *Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery*. Boston, Little, Brown, 1974.
- (2) FURTADO, Celso. *The economic growth of Brazil: a survey from colonial to modern times*. Ricardo W. de Aguiar e Eric Charles Drysdale, trans. Berkeley, University of California Press, 1963, p. 107-14. No ...

Raramente a comparação é feita tendo por base o Sul dos Estados Unidos. Neste sentido, as explicações para o desenvolvimento econômico, ou para a ausência dele, oferecidas até hoje por ambos os grupos de historiadores citados — e especialmente aquelas interpretações relativas ao impacto da escravidão — ainda aguardam um exame numa colocação comparativa.⁽³⁾

Brasil tornou-se uma prática comum comparar o Vale do Paraíba e seu porto na cidade do Rio de Janeiro com a região centro-oeste do Estado de São Paulo e sua capital, supostamente mais progressiva e industrializada: e.g., CANO, Wil-son. *Palmas da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo, Difel, 1977, esp. p. 20-42, 244-51; DEAN, Warren. The planter as entrepreneur: the case of São Paulo. *Hispanic American Historical Review*, 46: 143-45, May 1966. Foram também realizadas comparações entre a região cafeeira-exportadora do Sudeste e as regiões açucareiras e de tabaco do Nordeste: e.g., LEFF, Nathaniel. Economic development and regional inequality: origins of the Brazilian case. *Quarterly Journal of Economics*, 86: 243-62, May 1972.

Várias questões são discutidas neste artigo. Inicialmente, procuramos destacar que, quando se compara Brasil e Estados Unidos novecentistas, torna-se evidente que o Sul dos EUA, longe de ser uma área economicamente atrasada e subdesenvolvida, emerge como uma região avançada e dinâmica.⁽⁴⁾ A lentidão do desenvolvimento brasileiro em comparação com o do Sul dos EUA não pode ser atribuída à presença da escravidão, dado que mesmo diante desta instituição o Sul experimentou um grau de desenvolvimento muito maior do que o Brasil.⁽⁵⁾ Em seguida, sugerimos a hipótese

graph, 7: WAIBEL, Leo. A forma econômica de "plantation" tropical. Walter Alberto Egler, trad. In: WAIBEL, Capitulos de geografia tropical e do Brasil. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958, p. 31-50. THOMPSON, Edgar T. The plantation: a bibliography. Washington, D.C., Pan American Union, 1939. Social Science Monographs, 4.

(4) ENGERMAN, Stanley L. sugeriu que comparações do Sul dos Estados Unidos com a Inglaterra ou França conduziram a conclusões semelhantes. A reconsideration of southern economic growth, 1770-1860. *Agricultural History*, 49: 345, 351, 353-54, April 1975.

(5) Minha intenção não é trivializar o argumento quanto ao impacto da escravidão sobre o desenvolvimento; ela certamente contribuiu para reduzir o desenvolvimento em ambas as áreas e, de qualquer modo, ninguém argumentou que a escravidão sozinha seria a responsável pelo subdesenvolvimento em cada uma das regiões. Ainda assim, pode-se observar em vários estudos que é a escravidão que se deve atribuir a maior responsabilidade por tal situação; e.g., Eugene D. Genovese. The significance of the slave plantation for southern economic development. *Journal of Southern History*, 28: 422-37. WOODMAN, Harold D. Economic history and economic theory: the new economic history in America. *Journal of Interdisciplinary History*, 3: 343, Autumn 1972. MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio (contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira). Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 1975. Neste artigo eu gostaria de enfatizar outros aspectos na história do desenvolvimento econômico e que necessitam ser analisados.

dé que a importância contrastante do café e do algodão para o progresso do capitalismo industrial constitui o elemento central para a compreensão dos diferentes rumos tomados pelo crescimento econômico nestas duas áreas. Finalmente, deve-se considerar que a estrutura social entre a população livre, nos dois lugares, diferia radicalmente, estabelecendo limites econômicos e ideológicos bem diferentes dentro dos quais o desenvolvimento econômico poderia ocorrer; em certa medida, estas estruturas foram heranças das respectivas metrópoles, antes e independentemente da escravidão. Nosso objetivo mais geral, entretanto, é avançar problemas para investigações posteriores no contexto comparativo, isolando aqueles fatores que requerem atenção particular dos estudiosos especializados em cada área.⁽⁶⁾

Aqueles elementos definidos por Douglas North como "(...) as características mais evidentes da estrutura econômica do Sul"⁽⁷⁾ adequar-se-iam de maneira ainda mais precisa ao caso brasileiro: produção principalmente de uma única mercadoria para o mercado internacional; sistema de plantações ou "plantagens" baseado no trabalho escravo e na grande propriedade; mudanças geográficas da cultura associadas a solos supostamente cansados, e impulsividades por preços ascendentes; a presença de um amplo segmento da população, relativamente marginalizado e que não era constituído nem por escravos, nem por proprietários; baixo investimento em capital humano; poucas cidades grandes; mercado local estreito para bens industriais e a consequente ausência de industrialização; e, fi-

nalmente, a localização fora de suas fronteiras tanto das principais fontes de capital quanto dos centros controladores da vida comercial, e dos negócios de seguros e de transportes. A presença da escravidão em ambas as áreas parece poder explicar, erroneamente em nossa opinião, as outras características que as duas regiões teriam em comum.

Apesar das semelhanças entre o Brasil e o Sul dos Estados Unidos, comparações sistêmicas ou abrangentes entre as duas áreas não foram ainda realizadas. Talvez outros historiadores — mais perspicazes do que nós — tenham-se detido diante das conhecidas dificuldades de se escrever história comparativa.

Em primeiro lugar, estudos comparativos de "causas", neste caso como em outros, conduzem a uma ordenação aparentemente desordenante dos diferentes fatores que poderiam explicar as variações (as comparações enfatizam, acima de tudo, que só conclusões no máximo exploratórias e sugestivas podem ser derivadas sobre os processos de causa e efeito em História).

Em segundo lugar, dificilmente pode-se encontrar dois processos importantes ocorrendo exatamente ao mesmo tempo⁽⁸⁾. O algodão começou a surgir rapidamente, como principal produto do Sul dos EUA, na última década do século XVIII: as plantações atingiram seu ritmo pleno na década de 1820, ao moverem-se em direção ao extremo-sul, quando o algodão passa a responder por metade das exportações dos Estados Unidos. Os plantadores de algodão viram-se diante da necessidade de reorganizar totalmente suas relações de produção já na década de 1860. No caso brasileiro, a primeira expansão real do café não ocorreu senão durante a década de 1820, vindo

(6) Nas notas, tentei indicar pontos de partida na literatura; os especialistas tanto em história americana como em história brasileira não encontrar muitas lacunas em suas respectivas áreas, mas espera-se que eles possam encontrar sugestões úteis para leituras em outras áreas.

(7) NORTH, Douglas C. *The economic growth of the United States, 1790-1860*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1961, p. 128.

(8) FURTADO, Celso. *Economic growth*. p. 164-65, argumento que a diferença no momento de auge das exportações é o principal fator a ser considerado quanto aos diferentes graus de desenvolvimento em dois países.

a responder por metade das exportações brasileiras somente após os anos 50 da aquele século. Por outro lado, os plantadores de café não precisaram preocupar-se com o fim da escravidão até a década de 80. Enquanto isso, alteravam-se as condições no mercado mundial, as ideologias, e a própria ocorrência da Guerra Civil nos Estados Unidos terminava por afetar o Brasil, em resumo, tantos fatores modificaram-se que a identificação de pontos de diferença particularmente significativos torna-se problemática. Outrossim, uma vez que as duas sociedades mudaram continuamente, as comparações não devem ser feitas como se se tratasse de duas fotografias, mas sim de dois filmes.

Finalmente, devemos especificar quais áreas geográficas estão sendo comparadas. Tanto brasileiros quanto norte-americanos serviram-se de escravos para produzir mercadorias de exportação desde os tempos coloniais, principalmente o açúcar, em Pernambuco e na Bahia, e o tabaco, na Virgínia e em Maryland. O algodão ganhou importância inicialmente na Carolina do Sul e na Geórgia, vindo sua produção a centralizar-se mais tarde no Alabama, Mississippi e Louisiana. O café ganhou poeminência inicialmente no vale do Rio Paraíba do Sul, em uma região que abastecia o porto do Rio de Janeiro. Seu cultivo gradualmente espalhou-se rio acima, tomando a direção sudeste, para finalmente atingir, na década de 1880, novas regiões na província de São Paulo, movendo-se então mais para oeste, e depois para o sul. Uma boa parte deste movimento ocorreu apenas após a abolição da escravidão em 1888. As fronteiras cronológicas e geográficas do estudo, portanto, definem um mesmo problema⁽⁹⁾. Cien-

tes dos perigos que representam os dados agregados para o Sul dos Estados Unidos, os historiadores estão começando a distinguir cuidadosamente não apenas entre os estados, mas também entre distritos e regiões no interior destes estados. Até hoje estas distinções mais precisas não foram feitas para o Brasil, embora a próxima geração de historiadores venha forçosamente a se deparar com a necessidade de fazê-lo⁽¹⁰⁾.

Neste artigo, comparamos duas economias neocoloniais centradas na exportação de algodão e café, cultivados com trabalho escravo em certas regiões; em face da natureza dos dados reunidos até agora, vemos-nos forçados a deixar as fronteiras do estudo de certa forma vagas. Não obstante, a base comum é suficientemente grande para comparações, permitindo que se levantem alguns pontos gerais quanto à articulação entre escravidão e crescimento econômico.

A opinião dominante de que o Sul dos EUA, no período anterior à Guerra Civil, era uma região pobre, serviu para obscurecer sua verdadeira posição numa escala mundial que mostrasse a distribuição comparativa da riqueza. Evidências quanto a este nível de desenvolvimento, relativamente àquele atingido pelo Brasil, podem ser vistas, por exemplo, nas áreas de transporte,

tecnologia agrícola e industrialização, consideradas naquela época como importantes medidas de progresso econômico.

O Sul, favorecido pelo meio geográfico, possuía um sistema de transporte bastante superior. A serra que corre paralela à costa no Brasil, e que circundava a região cafeeira, localiza-se muito mais próxima do mar do que nos Estados Unidos, impedindo desta forma a existência de rios como os que penetram as regiões da Carolina do Sul e da Geórgia. O sistema extensivo de rios navegáveis no Brasil desenha uma região — o Vale Amazônico — que até hoje tem desafiado os esforços humanos no sentido de integrar esta área às outras produtoras de bens comerciais, ao passo que o rio Mississippi e seus tributários, além de unir o Meio-Oeste ao Sul, também transportou o algodão até o porto de New Orleans. É claro que a região pioneira na produção de café também ocupou o vale de um rio, o Paraíba, mas as rápidas corredeiras e quedas d'água ao longo de seu curso separavam-no do mar, de forma que os fazendeiros de café podiam utilizá-lo como meio de transporte no máximo em alguns trechos, desde as fazendas até os centros comerciais mais próximos. Na área cafeeira do Centro-Oeste paulista também as corredeiras interrompem os rios que, além do mais, fluem em sentido contrário aos portos mais próximos: em direção ao Rio da Prata⁽¹¹⁾.

O sistema rodoviário existente no Sul dos Estados Unidos superava facilmente o brasileiro, em parte, devido à topografia mais favorável, em parte devido à maior disponibilidade de capitais, ou ainda devido à existência de instituições mais adequadas à mobilização de energias no sentido de construir estradas. Embora os viajantes do Sul se queixassem amargamente dos caminhos lacinados que serviam como estradas, estas formavam uma verdadeira rede que atravessava o Sul algodoeiro, permitindo a passagem regular de veículos — diligências ou carroças. Ainda que muitas estradas conduzissem apenas até o ponto mais próximo de um rio navegável — e mais tarde à estação ferroviária — elas transportavam de fato o algodão até as usinas de descaroçamento e aos mercados. Esforços comunitários, frequentemente impulsionados por algum imposto local, construíram estas estradas e elegeram os oficiais locais para delas cuidarem; os proprietários de terra forneciam o trabalho, tanto o seu próprio como o de seus escravos⁽¹²⁾.

Na região cafeeira do Brasil, trilhas sinuosas precipitavam-se do planalto em direção à costa. Elas eram percorridas por tropas de mulas ou caravanas de escravos, mas

(9) A disseminação geográfica do café na província de São Paulo está apresentada graficamente em MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café: análise histórico-demográfica da expansão cafeeira no estado de São Paulo*. São Paulo, s.ed., 1938, p. 23-28. (Estudos Paulistas, 1); mapas semelhantes não foram elaborados para a província do

Rio de Janeiro, mas, para a distribuição dos escravos em 1883, veja VALVERDE, Orlando. *La fazenda de café esclavista en el Brasil*. Mérida, Venezuela, Universidad de los Andes, 1965, p. 41. (Cuadernos Geográficos, 3). Mapas mostrando movimentos semelhantes de escravos e do algodão podem ser encontrados em FOGEL and ENGERMAN. *Time on the cross*, p. 45; e GRAY, Lewis Cecil. *History of agriculture in the Southern United States to 1860*. New York, Peter Smith, 1941, p. 684, 880-91. O algodão foi plantado em novas áreas do Sul após a escravidão, mas não com o mesmo impacto que no Brasil.

(10) Quanto a distinções no interior do Sul algodoeiro, veja especialmente WRIGHT, Gavin. *The political economy of the cotton south: households, markets and wealth in the nineteenth century*. New York, Norton, 1978, p. 20-22.

(11) Quanto a embarques no Rio Paraíba, veja AGASSIZ, Louis and AGASSIZ, Elizabeth Cabot Gary. *A Journey to Brazil*, 2 ed. Boston, Ticknor and Fields, 1868, p. 121. Sobre a dificuldade de utilização dos rios em São Paulo para transporte, veja HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Memórias*, 2. ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1976, p. 40-46, 77-107 (Biblioteca Alfa-Omega, História, 8). Devido à falta de recursos financeiros, os governos pouco fizeram, na época ou mais tarde, para construir eclusas ou canais que tonassem estes rios navegáveis; cf. GOODRICH, Carter, ed., *Canals and american economic development*. New York, Columbia University Press, 1961.

(12) OLMSTEAD, Frederick Law. *The cotton kingdom: A traveller's observation on cotton and slavery in american slave states*. In: SCHLESINGER, Arthur M. ed. *New York*, Knopf, 1953, p. 128-29, 343-44; TAYLOR, George Rogers. *The transportation revolution, 1815-1860*. New York, Harper and Row, 1951, p. 15-16. (Economic History of the United States, 4); PHILLIPS, U.B. *A history of transportation in the eastern cotton belt to 1860*. New York, Columbia University Press, 1908, p. 12, 59-61, 69, 127, 129; MARTIN, William Eljouis. *Internal improvements in Alabama*. Baltimore, Johns Hopkins Press, 1902, p. 27-32. (Johns Hopkins University Studies in Historical and Political Science, ser. 20, 4); SMITH, Alfred Glaze. *Economic readjustments of an old cotton state: South Carolina, 1820-1860*. Columbia, University of South Carolina Press, 1958, p. 137-38, 143, 153-54; HEATH, Milton S. *Constructive liberalism: the role of the state in economic development in Georgia to 1860*. Cambridge, Harvard University Press, 1964, p. 233-34, 239, 245-52.

não por veículos com rodas, em geral. Algumas pedras mais planas, colocadas nas curvas mais íngremes, proporcionavam ocasionalmente um terreno mais firme, mas nos outros trechos da trilha formavam-se verdadeiros atoleiros, quando chovia — e a precipitação média nas encostas da serra é de 3.700 mm, por ano. Os governos central ou provinciais financiavam a construção e manutenção destas estradas; mas divergências constantes ocorriam entre os fazendeiros e governos municipais, de um lado, e autoridades superiores, de outro, quanto ao lastimável estado em que se encontravam tais estradas. Algumas vezes, fazendeiros, individualmente, sem qualquer esforço de cooperação, construíam estradas particulares que conduziam desde as fazendas até os rios ou (mais tarde) até as estradas de ferro, mas os governos municipais continuavam inoperantes na tarefa de comandar os esforços dos fazendeiros no sentido de suprir as necessidades da comunidade. Uma empresa privada, coletora de pedágios, construiu em 1840 a primeira estrada rodoviária de macadame do Brasil, mas não foi viável em 1861 que se completou a sua extensão até a região cafeeira⁽¹³⁾.

Enquanto no Brasil o transporte ainda se baseava nas estradas descritas acima, apesar de seu estado, o Sul dos EUA tinha-se voltado, há algum tempo, para as estradas de ferro. Mais uma vez, pode-se observar que a maior parte do que se escreveu sobre as estradas de ferro do Sul baseou-se na sua comparação com as existentes no Norte, realmente superiores⁽¹⁴⁾. Quando

1967, p. 298-307, 481 n. 42; COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966, p. 154-73 (Corpo e Alma do Brasil, 19). PÉTRONE, Maria Theresia Schorer. *A lavoura cafeeira em São Paulo. Expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968, p. 186-222 (Corpo e Alma do Brasil, 21). STEIN, Stanley J. e Vassouras, a *Brazilian Coffee Country, 1850-1900*. Cambridge, Harvard University Press, 1957, p. 91-101 (Harvard Historical Studies, 69). BRAGANÇA, Vânia Proás. Contribuição para o estudo da crise e extinção do município de Estrela. In: GRAHAM, Richard, ed. *Ensaio sobre a política e economia da província fluminense no século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional e Universidade Federal Fluminense, 1974, p. 104-28; MATTOON JR., Robert H. Railroads, coffee, and the growth of big business in São Paulo, Brazil. *Hispanic American Historical Review*, 57: 276-77, May, 1977; NETO, A.R. A estrada da gracios. Rio de Janeiro, Revista Rodoviária, 1945. RODRIGUES, Fúlvio C. A União e a indústria pioneira das estradas de rodagem brasileiras (ensaiô). Rio de Janeiro, Gráfica do "Jornal do Brasil", 1934. O carro de boi já estava em uso no Brasil há longo tempo, mas, devido ao seu eixo fixo, não era adequado às inclinações muito íngremes da região cafeeira. SOUZA, José B. de. *O ciclo do carro de boi no Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, 1958. Algumas estradas de carroças atravessaram as regiões açucareiras planas do Norte da província do Rio de Janeiro. DONALD, Cleveland. Slave society and abolitionism in Campos county, Brasil, 1750-1888. (manuscrito em preparação), p. 88, 93.

(14)

E.g. WOODMAN, Harold D. *King cotton and his retainers: financing and marketing the cotton crop of the south, 1800-1925*. Lexington, University of Kentucky Press, 1968, p. 152, 188. Quanto a estradas de ferro no Sul, veja PHILLIPS, *History of transportation*, p. 132-396; BLACK III, Ro-

esteado com o do Brasil, no entanto, este quadro altera-se radicalmente e torna-se até mais surpreendente quando se considera que o Sul dispunha ainda de um excelente transporte fluvial que penetrava pelas novas áreas algodoeiras⁽¹⁵⁾. A tabela 1 compara a extensão das ferrovias das duas regiões em vários períodos. O Brasil como um todo contava, em 1890, com apenas metade dos quilômetros por pessoa existentes no Sul trinta anos antes (ver também os mapas).

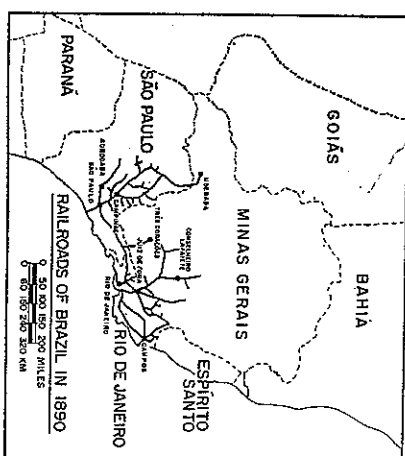
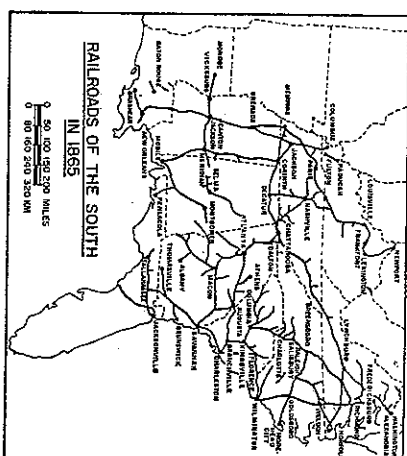
Poucos aspectos da história do Sul dos EUA surpreendem tanto alguém que conheça a história do Brasil como o alto nível de tecnologia agrícola existente naquela região. Aqueles que debatem o "atraso" ou a "eficiência" da agricultura sulista fazem-no sempre comparando-a com a do Norte⁽¹⁶⁾. No Brasil, o arado comum era relativamente visto, mesmo que se considere que áreas cafeeiras mais antigas a topografia mais acidentada não permitia o trabalho do arado nem mesmo em "subindo e descendo colinas", como era feito na Georgia⁽¹⁷⁾,

bert C. *The railroads of the confederacy*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1952; COTTELL, Robert S. *Southem railroads, 1850-1880*. Mississippi Valley Historical Review, 10: 396-405, March, 1924; SMITH, *Economic readjustment*, p. 148, 156-60, 170-76, 191-92; HEATH, *Constructive liberalism*, 254-92.

(15) Quanto a estradas de ferro no Brasil, veja GRAHAM, Richard. *Britain and the onset of modernization in Brazil, 1850-1914*. Cambridge, Cambridge University Press, 1968, p. 51-72 (Cambridge Latin American Studies, 4), e as fontes lá citadas; MATTOON, Railroads; MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. 2 ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1974 (Biblioteca Alfa-Omega, História, 2).

(16) E.g. FOGEL and ENGERMAN. *Time on the cross*, p. 191-209.

(17) GATES, Paul W. *The farmer's age: agriculture, 1815-1860*. New York, Harper and Row, 1960, p. 142-44 (The Economic History of the United States, 3).



ou que o cultivo do café apresenta necessidades especiais. Embora a utilização do arado pudesse ser observada aqui e ali — e uma investigação mais aprofundada da história da tecnologia agrícola brasileira se faz necessária para podermos estabelecer com maior segurança as diferenças — parece claro que no Brasil virtualmente não se fez uso de roçadeiras, cultivadores, grades ou semeadores mecânicos, pelo menos até o século XX: a enxada permaneceu como principal instrumento de trabalho agrícola e, em geral, os bois não chegaram jamais a dar lugar às mulas, permanecendo em uso nas regiões cafeeiras até que o trator passasse a substituí-los após 1950. Mesmo nas pequenas propriedades de hoje são raras

TABELA 1
ESTRADAS DE FERRO NO BRASIL E SUL DOS ESTADOS UNIDOS, 1850-90

	1850	1860	1880	1890
Brasil — total				
Quilômetros	0	176	3.412	9.648
Quilômetros/1000 hab.	0	0,020	0,290	0,673
Região Café/leite ^(a)				
Quilômetros	0	112	2.655	5.962
Quilômetros/1000 hab.	0	0,043	0,999	0,999
Sul dos EUA — total				
Quilômetros	3.347	14.750	23.779	47.084
Quilômetros/1000 hab.	0,372	1,325	1,440	2,351
Região Algodoeira ^(b)				
Quilômetros	1.956	5.857	12.081	23.384
Quilômetros/1000 hab.	0,564	1,367	2,057	3,364

(a) = Província do Rio de Janeiro, Município Neutro, São Paulo e Minas Gerais.

(b) = Alabama, Geórgia, Louisiana, Mississippi e Carolina do Sul.

Fontes = Para a população dos Estados Unidos: U.S. Bureau of the Census. *Historical Statistics of the United States; Colonial Times to 1970*. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1975. I, p. 24-37. Para as ferrovias americanas: STORER, John F., *The Railroads of the South, 1865-1900: A Study of Finance and Control*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1955. 5, p. 193. Para o total da população brasileira: MORTARA, Giorgio, *Desenvolvimento, Composição e Distribuição da população brasileira: MORTARA, Giorgio*, *Desenvolvimento, Composição e Distribuição da população do Brasil*. In: BRASIL, Instituto de Geografia e Estatística, Laboratório de Estatística. *Contribuições para o Estudo da Demografia do Brasil*, 2. ed. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1970. p. 439. Para a população das províncias cafeeiras: BRASIL, Conselho Nacional de Estatística, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil — 1964*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1964. p. 30, com interpo- lações para os anos em que os dados não se encontram disponíveis. Para as ferrovias brasileiras: WILLEMANN, J.P., comp. *The Brazilian Year Book, Second Issue — 1909*. London: McCorquodale, 1909 p. 612.

as debulhadoras de milho mecânicas⁽¹⁸⁾. Portanto, mesmo uma leitura apressada da história agrícola do Sul dos EUA torna ques- tionável o argumento de alguns historiado- res brasileiros, de que os fazendeiros do Vale do Paraíba não utilizavam equipamento

agrícola moderno devido à incompatibilida- de entre mecanização e "(...) relações de produção eminentemente escravistas (...)". ou então que o escravo "(...) é incapaz de manejar produtivamente técnicas que impli- quem emprego de máquinas"⁽¹⁹⁾. No Sul dos

Estados Unidos os escravos manejavam má- quinas e equipamentos sofisticados.

No Brasil, como no Sul dos EUA, os agri- cultores limpavam as florestas por meio de "queimadas", e garantiam a fertilidade do solo principalmente movimentando as cultu- ras para novas áreas⁽²⁰⁾. Os historiadores deveriam analisar com maior espírito críti- co a alegada exaustão dos solos em ambas as regiões em estudo: certamente, a vanta- gem comparativa do uso de novas áreas e a rentabilidade do aproveitamento exten- sivo, ao invés de intensivo da terra, deveriam representar obstáculos significativos à ado- ção de modernas técnicas agrícolas. Pode-

cravos trabalhavam com descaroqueiras de algodão e prensas de enfardamento, as- sim como com equipamento de secagem e descascamento de café, o que significava muitas vezes trabalhar com maquinaria complicada movida a vapor. STAROBIN, Robert S. *Industrial slavery in the old south*. New York, Oxford University Press, 1970. p. 22. BRUCHEY, Stuart. *The roots of american economic growth, 1607-1861: an essay in social causation*. New York, Harper and Row, 1968. p. 173; GRAHAM, Britain. p. 45-46; LAERNE, C.F., van Delen. *Brazil and Java: report on coffee culture in America, Asia and Afri- ca to H.E. the Minister of the Colonies*. London, W.H. Allen, 1885. p. 310-21; SMITH, Herbert H. *Brazil — the Amazons and the coast*. New York, Scribner's, 1879. p. 512-27; e TAUNAY, Afonso de Esmeralda. *História do café no Brasil*. 15 v. Rio de Janeiro, Departamento Nacio- nal do Café, 1939-1943. VII, p. 225-82. Al- guns autores argumentam que a utiliza- ção de escravos diminuiu a introdução de tal maquinaria, ou que o uso de maquina- ria minava o sistema escravista. COSTA, Da senzala à colônia, p. 177-88; GOREN- DER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo, Ática, 1978. p. 553. (Ensaio, 29).

Um estudo comparativo da maquinaria de beneficiamento ainda não foi realizado. Provavelmente, é verdade que as melho- ras técnicas não eram tão essenciais ao crescimento do sistema escravista como o seriam para um sistema capitalista, ba- seado em trabalho assalariado.

se também questionar se as áreas ante- riormente ocupadas realmente declinaram, ou se simplesmente deixaram de acompa- nhar a produtividade crescente das novas áreas⁽²¹⁾. De qualquer forma, nas duas re- giões em foco, os agricultores tendiam a colocar em produção novas áreas, sempre que possível.

Apesar destas semelhanças, os agriculto- res nos Estados Unidos realizavam também alguns esforços no sentido de preservar a qualidade do solo dos campos existentes. Eles algumas vezes empregavam esterco orgânico, tarefa bem mais fácil de realizar em campos abertos de algodão do que en- tre as fileiras semipermanentes de arbús- tos de café. Fertilizantes químicos, guano, o potássio ou a cal — todos utilizados em alguma medida no Sul — permaneceram vir- tualmente desconhecidos no Brasil. Dife- renças semelhantes podem também ser ob- servadas com relação às técnicas de curva de nível, rotação de cultura, cultivo em ter-

(21) CRAVEN, Avery O. *Soil exhaustion as a factor in the agricultural history of Virginia and Maryland, 1606-1860*. Urbana, Uni- versity of Illinois, 1926. p. 11-12, 19, 163 (Stu- dies in Social Sciences, v. 13, n. 1); SMITH, A.G. *Economic readjustments*. p. 58, 68, 84, 90, 95, 97, 106; FOGEL and ENGELMAN. *Time on the cross*. p. 196-99; MARGOLIS, Maxime. *Historical perspecti- ves on frontier agriculture as an adapta- ve strategy*. *American Ethnologist*, 4:42-64, Feb., 1977. A introdução de considera- ções semelhantes na historiografia brasileira ainda está por ser feita, uma vez que parece ser lugar comum falar-se do Vale do Paraíba como estando em decli- nio muito anteriormente a que isto reali- mento ocorreu; os historiadores do Bra- sil, da mesma forma como ocorreu com aqueles do Sul dos EUA, ainda atribuem este suposto declínio ao espírito de "ro- tina" dos fazendeiros nesta área mais antiga, e a sua aparente irracionalidade em se apegar a técnicas ultrapassa- das. Ao assumirem esta posição, no en- tanto, estes estudiosos ignoram os cus- tos relativos da terra, capital e trabalho, e que podem transformar estas decisões em altamente racionais. STEIN, Vassou- ras, p. 214; MELLO, O capitalismo tardio. p. 80.

(20) GRAY, *History of agriculture*, p. 197; SMITH, T.L. *Brazil: people and institutions*. p. 364-72.

(19) As citações foram extraídas, respectiva- mente, de CANO, Raízes da concentra- ção, p. 28; MELLO, Capitalismo tardio, p. 54. É amplamente conhecido que os es- ...

(18) WHARTENBY, Frankie Gilbert. *Land and labor productivity in United States cotton production, 1800-1840*. New York, Arno, 1977. p. 109-12; GATES, Farmer's age, p. 135-36, 144; MOORE, John Hebron. *Agri- culture in ante-bellum Mississippi*. New York, Bookman Associates, 1958. p. 114, 121, 165, 167, 169-73, 182-83, 187-89; GRAY, *History of agriculture*, p. 792-800; SMITH, T. Lynn. *Brazil: people and institutions*. 3 ed. Baton Rouge, Louisiana State Uni- versity Press, 1963. p. 372-90; SCHMIDT, Carlos Borges. *Técnicas agrícolas primiti- vas e tradicionais*. Rio de Janeiro, Con-

raços e drenagem. Embora os fazendeiros brasileiros utilizassem prodigamente o tempo de seus escravos, não temos conhecimento de que tenham levado a cabo tarefas como cavar a lama do fundo dos charcos para espalhá-la pelos campos. Os cafeicultores mandavam ajuntar ao redor dos arbustos as folhas caídas ou mesmo a varredura posterior à colheita, e os escravos cultivavam ao redor dos pés de café duas vezes por ano. Mas Lewis Cecil Gray descreve práticas muito mais sistemáticas no Sul dos EUA, nas décadas de 1820 e 1830, tais como cortar as hastes das plantas do algodão e enterrá-las novamente no solo(22).

Se por um lado é verdade que se procurava no Brasil experimentar novas espécies de sementes, por outro, pode-se observar que relativamente poucos fazendeiros tinham jornais especializados, dado que muitos delas eram analfabetos. No conjunto das poucas publicações brasileiras, deve-se reconhecer que os avanços no campo da agricultura recebiam alguma atenção, e que alguns inovadores publicavam, de vez em quando, tratados sobre técnicas agrícolas; mas, em geral, nem agricultores nem jornalistas levavam adiante qualquer tipo de debate sobre métodos agrícolas, e nem tampouco demonstravam preocupação maior sobre estes assuntos. Raramente os brasileiros formavam algumas sociedades especificamente agrícola, exceto para resistir ao ataque violento dos abolicionistas na década de 1880; até o final do século não existia o hábito de realizar exposições com o objetivo de estimular a adoção de melhores métodos agrícolas(23). Em resumo, o Brasil encontra-

va-se bastante defasado, em relação ao Sul dos EUA, em todos os aspectos da tecnologia agrícola.

O Sul dos EUA era também bem mais industrializado do que o Brasil. Até este momento tivemos oportunidade de salientar as diferenças na tecnologia agrícola e nos transportes; os contemporâneos, no entanto, apesar de algumas hesitações, tendiam a ver a industrialização como o marco essencial do progresso(24). Fábricas de tecidos, manufaturas de calçados, moinhos de trigo e fundições de ferro despontavam com frequência no Sul dos EUA, se comparado com o Brasil(25). Embora um exame mais

sistemático do progresso industrial seja necessário para que se possa avaliar a exata dimensão da defasagem entre as regiões, sua natureza mais geral é clara. A tabela 2 mostra as diferenças na manufatura de têxteis. Embora o Brasil seja depositário de imensas jazidas de ferro, as poucas fundições existentes trabalhavam principalmente com lingotes importados(26).

O relativo atraso industrial do Brasil tem sido explicado, até hoje, em grande parte pela presença do escravismo, e a consideração deste argumento parece apropriada a esta altura. Na historiografia brasileira tornou-se quase um truismo a afirmativa de que a industrialização e a escravatura eram antagônicas. De fato, o término do sistema

de Janeiro, Laermert, 1847; STEIN, Vassouras, p. 121-24; WIRTH, John D. *Minas Gerais in the Brazilian Federation, 1889-1937*. Stanford, Stanford University Press, 1977. p. 192-201. A administração "eficiente" de um grande número de trabalhadores era uma prática comum às plantações de café e algodão. Veja FOGEL and ENGERMAN, *Time on the cross*, p. 200-209; STEIN, Vassouras, p. 163; LATRENE, *Brazil and Java*, p. 253-382.

(24) Quanto as estas reticências, veja GENOVESE, *Political economy of slavery*, p. 221-39. Meu ponto de vista pessoal quanto ao "desenvolvimento" focalizaria mais as necessidades humanas e uma ordem social justa, mas esta não era a atitude mais comum no século XIX, nem no Brasil nem no Sul dos EUA.

(25) STAROBIN, *Industrial slavery*, p. 13-25; CLARK, Victor. *Manufactures during the antebellum and war periods*. In: BALLAGA, James C. ed. *Economic history*, Richmond, Southern Historical Publications Society, 1909. v. V, p. 313-35, esp. 331; RUSSELL, Robert Royce. *Economic aspects of southern sectionalism, 1840-1861*. Urbana, University of Illinois, 1924. University of Illinois Studies in Social Sciences, v. 9, n. 1-2, p. 225-30; BATEMAN, Fred. e WEISS, Thomas. *Manufacturing in the antebellum south*. In: USELDING, Paul, ed. *Research in economic history: an annual compilation of research*. Greenwich, Conn., JAI Press, 1978. v. I, n. 3; WEISS, Thomas. *A deplorable scarcity: the failure of industrialization in the slave economy*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1981; DEW, Charles B. *Ironmaker to the*

era a escravidão, mas o clima que impediu a disseminação de muitas destas práticas no Sul dos EUA... Outras pesquisas no Brasil podem revelar uma utilização maior entre fertilizantes do que aquela por mim estimada. O estercor era utilizado sistematicamente em plantações de tabaco no Sul dos EUA e Brasil coloniais. GRAV, *History of agriculture*, p. 198-99, 801-802; e LUGAR, Catherine. *The Portuguese tobacco trade and tobacco growers of Bahia in the late colonial period*. In: ALDEN, Dauril and DEAN, Warren, ed. *Essays Concerning the Socioeconomic History of Brazil and Portuguese India*. Gainesville, University Presses of Florida, 1977. p. 33, 55, 67-68. Existe também alguma evidência de que plantadores de cana em Campos no século XIX utilizassem o estercor. DONALD, *Slave society*, p. 96.

(23) GATES, *Farmer's age*, p. 138, 143-44; FOGEL and ENGERMAN, *Time on the cross*, p. 198; SCARBOROUGH, *Overseer*, p. 136; O AUXILIADOR da indústria nacional. Rio de Janeiro, (1835-1889); INSTITUTO Fluminense de Agricultura. *Revista Agrícola*. Rio de Janeiro, (1869-1891); WERNICK, Francisco Peixoto de Lacarria. *Memória sobre a fundação e custo de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Rio

(22) GRAY, *History of agriculture*, p. 199, 700-701, 801-807; GATES, *Farmer's age*, p. 134, 135-37, 140, 144; MOORE, *Agriculture*, p. 112-21, 145, 164-205, 139n. 35; TAYLOR, Rosser H. *The sale and application of commercial fertilizers in the South Atlantic States to 1900*. *Agricultural History*, 21: 46-48, Jan., 1947; TAYLOR, *Commercial fertilizers in South Carolina*. *South Atlantic Quarterly*, 29: 179-89, Apr., 1930; JORDAN, Weymouth T. *The peruvian guano gospel in the old south*. *Agricultural history*, 24: 211-21, Oct., 1950; SCARBOROUGH, William K. *The overseer: plantation management in the old south*. Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1966. p. 175; STEIN, Vassouras, p. 33-34; SCHMIDT, *Técnicas*, p. 159-63. A exata medida segundo a qual práticas científicas eram empregadas no Sul é objeto de alguma controvérsia entre historiadores norte-americanos, em parte porque eles ainda não decidiram com segurança qual deve ser o padrão de comparação, ou seja, quanto é muito? GENOVESE, Eugene. *The political economy of slavery: studies in the economy and society of the Slave South*. New York, Pantheon, 1966. p. 85-99, negou de modo convincente que houvesse uma utilização generalizada de fertilizantes no Sul, mas a questão que eu levanto aqui relaciona-se à comparação com o Brasil. Veja também SMITH, A.G. *Economic readjustment*, p. 88-100; GORDON, *Escravidão colonial*, p. 222, apoiando-se bastante nas teses de Genovese, também falha em considerar as diferenças de grau existentes entre o Brasil e o Sul dos EUA. RUBIN, Julius. *The limits of agricultural progress in the nineteenth century south*. *Agricultural history*, 49: 362-72, Apr., 1975, argumentou que não

(26)

CF. BRUCE, Kathleen. *Virginia iron manufacture in the slave era, 1940*. rpt. New York, Augustus M. Kelley, 1968. p. 452, mapa mostrando a localização de fornos siderúrgicos; com CALLAGHAN, William S. *Obstacles to industrialization: the iron and steel industry in Brazil during the old Republic*. Ph. D. Diss., University of Texas em Austin, 1961.

escravista é geralmente explicado a partir de contradições, que se tornaram mais intensas à medida que o próprio trabalho escravo produzia a riqueza que minava as suas bases: as exportações crescentes finalmente estimularam o surgimento de umas poucas cidades e originaram a acumulação de reservas cambiais, as quais permitiam a aquisição de quantidade cada vez maior de bens de capitais. Cidades maiores significavam mercado consumidor mais amplo, e eventualmente brasileiros ou estrangeiros passaram a montar algumas tecelagens, moinhos, fábricas de calçados e outras indústrias. As estradas de ferro, construídas para transportar os produtos originados das fazendas nas quais trabalhavam escravos, acabaram por tornar os bens industriais acessíveis também a localidades anteriormente isoladas. Nas próprias fazen-

das a prosperidade crescente permitiu aos fazendeiros investir em maquinaria para o beneficiamento de café.

Todos estes desenvolvimentos, argumenta-se, tornavam menos atraente o trabalho escravo, já que, se este adaptava-se bem às tarefas brutas e repetitivas da agricultura, o mesmo não se pode dizer quanto a tarefas que envolvessem algum tipo de destreza industrial. A completa alienação do escravo com relação a seu trabalho diminuía sua iniciativa e reduzia seus interesses em zelar pelo equipamento, fazendo com que respondesse debilmente aos incentivos. Ademais, o elevado investimento de capital no próprio escravo desacelerava a circulação do excedente obtido de sua trabalho. Desde que o proprietário era encorajado a manter seu escravo em atividade constante, era enfraquecido o impulso do dono no sentido de investir em equipamento poupador de mão-de-obra. Nas épocas de recessão, o empresário industrial escravista ver-se-ia bloqueado pela impossibilidade de despedir seus trabalhadores a fim de reduzir os custos. Além disso, as atitudes dos agricultores proprietários de escravos permaneciam "pré-modernas", patricialistas, arrastando na noção de *status*, o que implicava um exibicionismo dispendioso de sua riqueza e posição, mais do que inclinação às atividades empresariais ou ao investimento. Vários autores, baseando-se tanto em Weber quanto em Marx, desenvolveram estes temas⁽²⁷⁾.

A experiência norte-americana lança dúvidas sobre a maioria destas generalizações, e sugere uma realidade histórica mais ambígua. Assim, por exemplo, os industriais do Sul dos Estados Unidos nunca hesitaram em utilizar mão-de-obra escrava: cinco por cento do conjunto da população escrava — cerca de 200.000 pessoas — trabalhavam na indústria. Várias qualificações eram sistematicamente ensinadas aos escravos industriais, e muitos deles desempenhavam tarefas altamente técnicas, bem como exerciam funções de direção. As estradas de ferro repousavam extensivamente no trabalho escravo, não apenas para a construção, mas também para a ocupação de posições de responsabilidade, como a de guarda-freios⁽²⁸⁾.

O sistema de aluguel de escravos evitava algumas das barreiras à industrialização que normalmente são atribuídas como inerentes

ao sistema escravista. Os proprietários alugavam seus escravos a outras pessoas — no caso norte-americano, frequentemente a empresários industriais — os quais, diante de uma situação financeira adversa, poderiam devolvê-los a seus senhores. Cerca de um quinto de todos os escravos que trabalhavam na indústria no Sul dos EUA era alugado. Também no Brasil, possuir escravos com o objetivo de alugá-los era prática comum. A maioria das indústrias, na forma como eram constituídas, poderia ter-se apoiado em escravos alugados. A maioria dos escravos alugados, entretanto, desempenhava tarefas domésticas, ou trabalhavam como carregadores ou estivadores, transportando e carregando café. Seria importante avaliar em que medida esta prática de aluguel de escravos era mais ou menos generalizada no Brasil do que no Sul dos EUA, o que não nos impede de afirmar que a flexibilidade por ela engendrada nos Estados Unidos seria igualmente possível no Brasil⁽²⁹⁾.

(28) STAROBIN, *Industrial Slavery*, esp. p. 11, 15, 126, 168-73, 182-86. Infelizmente, Starobin não realizou a distinção essencial entre tamanhos de fábricas, mas veja p. 50 quanto a sua localização rural e p. 59, com relação à rentabilidade da utilização de escravos na indústria, veja p. 146 e segs., ainda que alguns de seus cálculos e argumentos possam ser objeto de dúvidas, como nas pp. 155 e 186. Outras fontes quanto ao uso de escravos na indústria incluem SMITH, A.G., *Economic readjustment*, p. 126-27; BRUCE, *Virginia iron manufacture*, p. 231-58; DEW, Charles B., *Disciplining slave ironworkers in the antebellum south: coercion, conciliation and accommodation*, *American Historical Review*, 79: 393-418, Apr., 1974; LENDER, Ernest M., *The textile industry in antebellum south Carolina*, Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1969, p. 43-44, 49, 88-93; TERRILL, Tom E., *Eager hands: labor for southern textiles, 1830-1860*, *Journal of Economic History*, 6 (Março 1976), esp. 86; e WRIGHT, Gavin, "Cheap labor and southern textiles before 1880", *Journal of Economic History*, 39 (Setembro 1979), 655-80. Em um aspecto a evidência para o Sul dos EUA empresta suporte àqueles avançadas para o Brasil: sabotagem e outras formas de resistência eram uma possibilidade característica. Veja STAROBIN, *Industrial slavery*, 42, 77-91, e LANDER, *Textile industry*, 5.

(29) STAROBIN, *Industrial slavery*, 12, 128 e segs.; DEW, "Disciplining slave ironworkers". Os custos comparativos entre comprar e alugar um escravo são calculados para os Estados Unidos por EVANS JR., Robert, "The economics of american negro slavery, 1830-1860" em *Universities National Bureau Committee for Economic Research, Aspects of Labor Economics*, Princeton, Princeton University Press, 1962, p. 165-243, e para o Brasil, por MELLO, Pedro Carvalho de, *The Economics of labor in brazilian coffee plantations, 1850-1888*, Chicago, University of Chicago, Department of Economics, Report n.º 7475-8, 1974, veja também SIENIS, Robert Wayne, *The demography and economics of brazilian slavery, 1850-1888*, Ph.D. diss., Stanford University, 1975, p. 249-254. Quanto à utilização de escravos na indústria no Brasil, veja STEIN, *Brazilian Cotton Manufacture*, p. 51; e sobre o aluguel de escravos no Brasil para tarefas domésticas, veja GRAHAM, Sandra Lauderale, *Protection and obedience: The paternalist world of female domestic servants*, Rio de Janeiro, 1860-1910, Ph.D. diss., University of Texas at Austin, 1982.

No Brasil no Século XIX, talvez ainda mais do que no Sul dos EUA, os escravos

INDÚSTRIA TEXTIL (MANUFATURA DO ALGODOÃO) NO SUL DOS ESTADOS UNIDOS E BRASIL

	Sul dos EUA, 1860	Brasil, 1885
Número de Tecelagens	159 ^(a)	48 ^(b)
Número de Fusos	290.359	66.465
Número de Trabalhadores	9.906	3.172

(a) = Setenta das quais estavam em Alabama, Georgia, Louisiana, Mississippi e Carolina do Sul; e cinquenta e seis na Carolina do Norte e Virginia.

(b) = Trinta e três delas em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, e a cidade do Rio de Janeiro.

Fontes: LANDER, Ernest M., *The Textile Industry in Antebellum South Carolina*, Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1969, p. 79; STEIN, Stanley J., *The Brazilian cotton manufacturer: textile enterprise in an underdeveloped area 1850-1950*, Cambridge: Harvard University Press, 1957, p. 21, 191; U.S. Census Office, *Manufactures of the United States in 1860*, Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1865, p. 14, 82, 203, 299, 437, 559, 578, 638.

(27) COSTA, Da senzala à colônia, 154-220; CARROSO, Fernando Henrique, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962, p. 133-82, 186-204 (Corpo e Alma do Brasil, 8); FERNANDES, Florestan, *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1975, p. 86-146; CANO, *Raízes da concentração*, 31-42. Ver as referências a estes mesmos temas entre historiadores nos Estados Unidos que estão citados em ENGERMAN, Stanley L., *Marxist economic studies of the slave south*, *Marxist Perspectives*, 1 (1): 150, 154-56, 163, Spring, 1970, n. 26.

Se a prosperidade e o dinamismo industrial do Norte dos EUA, anti-escravocrata, repousavam, em certo grau, sobre os lucros derivados do comércio do algodão cultivado por escravos⁽³⁰⁾, de que forma emergiria esta contradição no interior do próprio Sul? Dado que os historiadores brasileiros argumentam ter sido este um elemento importante no Brasil, devemos perguntar se teria

a prosperidade construída sobre a escravidão conduzido à erosão do sistema escravista no Sul. Richard Wade tende a apoiar o ponto de vista dos brasileiros, argumentando que os escravos eram expulsos das cidades do Sul à medida que os valores urbanos eram encorajados pelo crescimento das cidades e pela prosperidade industrial⁽³¹⁾. Ironicamente, no entanto, este autor poderia ter sido mais feliz em suas observações se tivesse considerado o caso brasileiro; neste, um declínio semelhante no número de escravos urbanos tem sido normalmente atribuído à crescente demanda por seu trabalho nas atividades agrícolas, sendo também reconhecido que este declínio precedeu a emergência do abolicionismo urbano.

Alguns agricultores do Sul dos EUA opunham-se ativamente à industrialização por temerem que esta conduzisse à imigração de trabalhadores brancos, que poderiam ameaçar a continuidade da escravidão. Embora os fazendeiros brasileiros se opusessem a tarifas protecionistas, e tenham mesmo se revelado indiferentes aos impulsos industriais, eles não consideravam a imigração como uma ameaça, alguns deles chegaram até mesmo a unir-se aos abolicionistas e a decretar o fim da escravidão, a fim de conseguir, segundo seu ponto de vista, mais imigrantes para suas fazendas — e não para suas fábricas⁽³²⁾. Ainda que a es-

cravidão tenha produzido ou encorajado aquelas forças opostas à industrialização nas duas regiões, os resultados foram certamente bastante diferentes em cada uma delas. Neste sentido, embora os historiadores possam ter descrito corretamente alguns dos aspectos que acompanharam a ausência de progresso industrial no Brasil, eles devem questionar este suposto elo de causalção direta atribuído à escravidão.

TABELA 3
OS ESCRAVOS COMO PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO TOTAL, BRASIL (1822) E SUL DOS ESTADOS UNIDOS (1860)

Região	Porcentagem de Escravos
Sul dos Estados Unidos (15 estados mais o Distrito de Columbia)	32,1
Carolina do Sul	57,2
Mississippi	55,2
Louisiana	46,9
Alabama	45,1
Georgia	43,7
Média dos cinco principais estados algodoeiros	49,6
Brasil — Total	15,2
Província do Rio de Janeiro	37,4
Província de São Paulo	18,7
Minas Gerais	16,1
Município Neutro (Cidade do Rio de Janeiro)	17,8
Média dos três principais estados cafeeiros	24,7
Média dos três principais estados cafeeiros mais a capital	23,0

Fontes: UNITED STATES, Bureau of the Census, *Population of the United States in 1860. Compiled from the original returns of the eighth census*. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1864; BRASIL, Directoria Geral de Estatística, *Recenseamento da população do Império do Brasil (sic) a que se procedeu no dia 1.º de agosto de 1872*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1873-1875.

for the abolition of negro slavery in Rio de Janeiro, Brazil, 1880-1889. Ph.D. diss., Stanford University, 1973; na realidade eram os negros brasileiros livres que reclamavam quanto à competição que lhes impunham os imigrantes, ao invés do contrário. KARASCH, *Slave life*, p. 389, 555.

O Sul dos EUA possuía mais escravos do que o Brasil e, conforme mostrado na tabela 3, os escravos nos EUA formavam uma proporção significativamente maior da população do que no Brasil; não obstante, o Sul emerge como mais avançado, tanto na industrialização como nos transportes e na tecnologia agrícola. Evidentemente, o número maior de escravos não pode explicar a diferença, uma vez que o Norte, sem escravos, desenvolveu-se ainda mais. Tampouco pode-se argumentar que mesmo possuindo mais escravos, a instituição escravocrata no Sul não era tão forte quanto no Brasil; pelo contrário, a força do sistema escravista nos Estados Unidos era tão grande que foi necessária uma guerra civil para acabar com ele⁽³³⁾. Que outros fatores, então, poderiam explicar a diferença?

Alguns historiadores têm insistido que a ausência de industrialização no Brasil derivava de sua dependência do capital e comércio internacionais. Argumentam estes historiadores que a economia brasileira repousava quase que exclusivamente sobre as exportações de uma única cultura; os lucros de sua comercialização fluíam para as mãos de estrangeiros, donos das casas de exportação; firmas de navegação, companhias de seguros; desta forma, estes lucros não se tornavam disponíveis para o investimento doméstico⁽³⁴⁾. Na tabela 4, pode-se observar que o algodão também respondia pela maior parte das exportações dos Estados Unidos. Ademais, os Estados Unidos exportaram mais de dois terços de

(33) MOORE JR., Barrington. *Social origins of dictatorship and democracy: lord and peasant in the making of the modern world*. Boston, Beacon, 1966, p. 111-55.

(34) SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p. 77-88, 142-57 (Retratos do Brasil, 22); FERNANDES, Reynold. *Burguesia*, p. 179-97; CARDOSO, Clóvis F. *Sobre os modos de produção coloniais da América*. In: SANT'AGO, Theodoro. *América Colonial*, ed. Rio de Janeiro, Palas, 1975, p. 110-11, defende que a depen-

frequentemente alugavam a si mesmos, encontrando sozinho os trabalhos a fazer por um determinado salário e entregando a seus senhores uma quantia fixa. Estes escravos, como aqueles correspondentes nas cidades do Sul, agiam virtualmente como homens livres, combinavam seu próprio trabalho e salários, frequentemente detinham uma habitação própria e algumas vezes funcionavam como empregando outros escravos. Embora esta prática fosse generalizada tanto nas cidades do Sul dos EUA como do Brasil, ela tornou-se eventualmente proibida no Brasil, ao passo que foi permitida no Brasil. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*, 3 ed., 2 vols. Rio de Janeiro, José Olympio, 1961, p. 500; TANNENBAUM, Frank. *Slave and citizen, the negro in the Americas*. New York, Knopf, 1947, p. 58-61; KARASCH, Mary C. *Slave life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Ph.D. diss., University of Wisconsin, 1972, p. 166, 462-81; WADE, Richard C. *Slavery in the cities: the south, 1820-1860*. New York, Oxford University Press, 1964, p. 38-54; STAROBIN, Industrial slavery, 135-37; WOOD, Peter H. *Black majority: negroes in colonial South Carolina from 1670 through the Stone rebellion*. New York, Norton, 1975, p. 207-11, 214-15, 229. Não encontro evidências de que trabalhadores brancos qualificados do Brasil se opusessem ao sistema de escravos alugarem-se a si mesmos, como ocorreu no Sul dos EUA. EATON, Clement. *The growth of southern civilization, 1790-1860*. New York, Harper, 1961, p. 167; STAROBIN, *Industrial slavery*, p. 128 e 129. Certamente a relação entre empregador e empregado será qualitativamente distinta daquela entre proprietário e propriedade; no sistema de aluguel ambas as relações existiam simultaneamente, com amplas implicações para o crescimento do capitalismo, e que necessitam ser examinadas comparativamente.

(30) NORTH, *Economic growth*, p. 101-21; mas também cf. críticas a seu modelo em Rothstein, *Cotton Frontier*, p. 153-54.

TABELA 4
EXPORTAÇÕES DE CAFÉ E ALGODÃO COMO PORCENTAGEM DO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES DOS ESTADOS UNIDOS E BRASIL RESPECTIVAMENTE

	Estados Unidos	Brasil
1816-20	39	18
1821-25	48	20
1826-30	49	20
1831-35	56	41
1836-40	63	46
1841-45	55	42
1846-50	46	41
1851-55	53	49
1856-60	54	49
1861-65		49
1866-70		43
1871-75		52
1876-80		61
1881-85		59
1886-90		63

Fontes: TAYLOR, George Rogers. *The transportation revolution, 1815-60*. Economic History of the United States, 4. New York: Harper & Row, 1968, 451; BRASIL, Conselho Nacional de Estatística, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário estatístico do Brasil*, Ano V: 1939/1940. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941. p. 1379.

sua produção por ano, exceto em dois deles, entre 1820 e 1860, e pelo menos 80% entre 1825 e 1845, com exceção de três anos⁽³⁵⁾. O algodão que não se destinava à Inglaterra era exportado principalmente para o Norte. Empresas britânicas financiavam a maior parte da comercialização do algodão; quando não o faziam, os lucros do comércio do algodão caíam primariamente

nas mãos dos comerciantes do Norte⁽³⁶⁾. O interesse da Grã-Bretanha pelo Sul dos Estados Unidos é reconhecido há muito tempo e levantou importantes considerações diplomáticas durante a Guerra Civil Americana⁽³⁷⁾. Ou seja, tanto no Sul dos EUA como no Brasil produzia-se uma cultura de exportação que dependia de outros para sua comercialização. Assim, o fato de que o Brasil era dependente não explicaria a defasagem no desenvolvimento econômico.

A maior facilidade com que o capitalismo industrial disseminou-se pelo Sul pode ter derivado da própria ausência de fronteiras nacionais entre o Sul e o Norte. A proximidade geográfica, juntamente com outras afinidades, certamente encorajou investidores do Norte a deslocarem uma parcela de seus fundos em empreendimentos no Sul, em vez de, digamos, na França. De qualquer forma, apesar da drenagem de recursos financeiros do Sul para as cidades do Norte, pelo menos uma parte deles retornava para o Sul, em grau certamente maior do que no Brasil, onde os centros industriais e comerciais localizavam-se totalmente em outros países. Além do mais, possivelmente ocorria ainda alguma transferência para o Sul dos EUA dos valores da burguesia nortista

Mas de outras maneiras também podemos verificar os laços extremamente fortes entre o Sul dos EUA e o sistema capitalista mundial. Estes laços explicam parcialmente os níveis mais elevados de tecnologia agri-

cola, de transportes e industrial existentes naquela região. Pois tecnologia pode ser sinônimo de capital, e o Sul dos EUA atraía muito mais capital do que o Brasil.

O Sul pode não ter atraído quantidades suficientes de capital, ou pelo menos a quantidade desejada pelos sulistas que, como no Brasil, encontravam dificuldades na mobilização de recursos, por exemplo, para a construção das estradas de ferro. Embora agricultores e comerciantes locais em ambas as regiões tomassem frequentemente a iniciativa de criar companhias de estradas de ferro, investindo algumas vezes seus próprios recursos, necessitavam também de investidores externos, atraídos-os com estímulos especiais. Nas duas regiões, as autoridades governamentais desempenharam um importante papel neste processo. No Brasil, os governos nacional e provinciais, atuando conjuntamente, garantiam um retorno de sete por cento sobre o capital investido em linhas férreas aprovadas. Ademais, o governo central brasileiro adquiriu uma parcela substancial das ações de uma das mais importantes estradas de ferro que serviam a região cafeeira e, quando a companhia falhou, este assumiu diretamente a propriedade e operação do empreendimento; posteriormente, governos provinciais também passaram a possuir e operar diretamente estradas de ferro. No Sul dos EUA o apoio governamental à construção de estradas de ferro consistia tanto em assistência indireta, através de pesquisas topográficas por empregados do Estado, isenção de impostos, franquias monopolistas e doações de terras públicas, como também em auxílios diretos como subsídios monetários, empréstimos, garantias sobre os bônus das ferrovias e, freqüentemente, a propriedade completa. Os municípios sulistas também empregavam fundos públicos adicionais para auxiliar a construção das estradas de ferro. Tanto os governos brasileiros, como aqueles do Sul dos EUA, recorriam a empréstimos para financiar esta sua ajuda, freqüentemente da Inglaterra. A participação estatal era necessária, já que os capitais, na Inglaterra como no Norte dos EUA,

encontravam oportunidades mais rentáveis e menos arriscadas para seus investimentos em outros lugares⁽³⁸⁾. Os dados registrados na tabela 1 ressaltam, no entanto, que apesar de serem os obstáculos semelhantes, os capitais fluíram em maior volume para as estradas de ferro do Sul dos EUA do que para as do Brasil.

Tivemos oportunidade de observar anteriormente que no Sul dos EUA se empregava tecnologia agrícola mais avançada do que no Brasil, e que este nível mais alto, no caso, representaria maiores investimentos de capital: qual a sua origem? Existiam, à época, duas formas de se pagar por bens de capital — sejam agrícolas ou industriais — adquiridos no exterior: ou através de exportações, ou através de empréstimos e investimentos. Os contemporâneos percebiam facilmente que uma região em desenvolvimento poderia pagar pelos bens de capital com suas exportações. Se os ganhos de exportação são usados ou para a compra de bens de capital ou para a compra de bens de consumo, depende de fatores que serão analisados abaixo, mas o potencial para a compra de bens de capital do exterior re-

... dência internacional e a escravidão conjuntamente explicam o subdesenvolvimento e crítica aqueles que, especialmente entre os historiadores americanos, enfatizam apenas metade da fórmula.

(35) BRUCEY, Stuart W. *Cotton and the growth of the american economy, 1700-1860: sources and readings*. New York: Harcourt, Brace, 1967. Tabela 3-A. O país como um todo não concentrava-se tanto na produção para exportação como o Brasil, mas no Sul isto ocorria.

(36) ROTHSTEIN, *Cotton frontier*, p. 153, 163-64; WOODMAN, *King cotton*, p. 150n; HILDY, *Ralph W. The house of Baring in american trade and finance: english merchant bankers at work, 1763-1861*. Cambridge, Harvard University Press, 1949. p. 74-75, 105-107, 173-76, 184-89, 254-59, 298-301, 359-64 (Harvard Studies in Business History, 14); SMITH, A.G. *Economic readjustment*, p. 162.

(37) ADAMS, Ephraim Douglass. *Great Britain and the american civil war*, 2 vol. London, Longmans, Green, 1925; JENKINS, Brian. *Britain and the war for the Union*. Montreal, McGill-Queen's University Press, 1974. esp. p. 281-305. Bibliographical essay, I.

(38) STEIN, Vassouras, p. 101-102; GRAHAM, Britain, p. 51-72, 99-105; DUNCAN, Julian S. *Public and private operation of railways in Brazil*. New York, Columbia University Press, 1932 (Studies in History, Economics and Public Law, 367); BLACK, Railroads, p. 40, 42, 44-45; STOVER, John F. *The railroads of the South, 1865-1900: a study of finance and control*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1955. p. 7, 8; SMITH, A.G. *Economic readjustment*, p. 167-70, 176-90; REED, Mel E. *Government investment and economic growth: Louisiana's antebellum railroads*, *Journal of southern history*, 28 (Maio 1962), p. 183-201; HEATH, Milton S. *Public railroad construction and the development of private enterprise in the south before 1861*, *Journal of economic history*, 10 (suplemento, 1950), p. 40-53; HEATH, *Constructive liberalism*, p. 254-92, esp. 287-88; GOODRICH, Carter. *Government promotion of american canals and railroads, 1800-1890*. New York, Columbia University Press, 1959. p. 87-120, 152-62, 270; COTTERILL, *Southern railroads*, p. 404-405.

pousa nas exportações⁽³⁹⁾. Medir o potencial relativo das exportações de algodão e café para pagar por tais importações é mais difícil do que reconhecer a importância de fazê-lo. Por exemplo, as importações dos Estados Unidos — pagas com algodão — dizem-se tanto ao Norte quanto ao Sul. Por outro lado, no Brasil, provavelmente a região cafeeira recebia mais do que aquilo com que contribuía com sua exportações⁽⁴⁰⁾.

A tabela 5 mostra que o algodão proporcionava um poder de compra de bens de capital, para os Estados Unidos como um todo, muito maior do que aquele proporcionado pelo café para o Brasil, mesmo se a comparação é feita para os últimos anos de escravidão em ambas as regiões. Além disso, a diferença é cumulativa. Pesquisas adicionais sobre as economias regionais dos países seriam necessárias para especificar suas participações nos ganhos resultantes, e a tabela 5 não mostra as exportações do Sul para o Norte. Ainda assim, podemos concluir que os plantadores de algodão detinham uma riqueza substancialmente maior para investimentos em estradas de ferro, indústrias, equipamentos e ferramentas agrícolas, do que os fazendeiros de café. Curiosamente, no entanto, os termos de tro-

ca (a relação entre preços de exportação e preços de importação) parecem ter sido mais favoráveis ao Brasil do que aos Estados Unidos durante a era escravista. Douglas North argumentou que os termos de troca favoráveis impulsionaram o crescimento e desenvolvimento econômico norte-americano, mas este crescimento induzido pelas exportações poderia ser questionado, quando se observa que este resultado encontrase ausente no Brasil, mesmo frente a termos de troca mais favoráveis⁽⁴¹⁾.

Além de utilizar suas exportações corretas para adquirir bens de capital, uma região tem a possibilidade de contar com empréstimos e investimentos estrangeiros. Qual delas — entre o Sul dos Estados Unidos e o Brasil — atraía mais os investidores internacionais? É extremamente difícil calcular o fluxo de capital entre nações, e até mesmo mais difícil (talvez impossível) especificar a região exata que recebeu os fundos. Certamente, uma parcela muito maior do investimento britânico dirigiu-se para os Estados Unidos como um todo, mas não podemos determinar exatamente quanto daquela parcela dirigiu-se para o Sul⁽⁴²⁾.

(39) Demonstrel em outro estudo que a proporção de bens de capital entre as importações brasileiras da Inglaterra elevou-se constantemente de 14%, no início da década de 1850, para 37%, por volta da década de 1890. GRAHAM, Britain, p. 330-32. Uma atenção maior deve ser dedicada em ambas as áreas quanto à procedência do equipamento agrícola e maquinaria industrial.

(40) LEFF, em seu artigo *Economic development and regional inequality*, p. 255-59, argumenta, com efeito, que o nordeste brasileiro, isolado, poderia ter retido uma parcela maior do resultado de suas exportações, caso não estivesse integrado à estrutura política brasileira; não poderia ser o mesmo argumento empregado para o Sul dos Estados Unidos? Talvez os secessionistas estivessem certos. Cf. HUERTAS, Thomas F. *Damning growth in the antebellum south*. *Journal of Economic History*, 39 (Março 1979), p. 98-100.

(41) Cf. NORTH, *Economic growth*, p. 244, e LEFF, Nathaniel H. *Tropical trade and development in the nineteenth century: the Brazilian experience*. *Journal of Political Economy*, 81 (Maio-Junho 1973), p. 682. North escolheu um ano base (1830) no meio do auge algodoeiro, enquanto Leff utiliza um período (1826-30) que praticamente coincide com o início do crescimento das exportações de café; portanto, comparações entre estes dois índices serão precárias. Quanto aos termos de troca regionais, veja HUERTAS, *Damning growth*, p. 97.

(42) As dificuldades em se investigar o balanço de pagamentos e as transferências de capital no século XIX estão sugeridas em IMLAH, Albert H. *British balance of payments and export of capital, 1816-1913*. *Economic history review*, 2, ser., 5:2 (1952), p. 208-239; veja também SAUL, S.E. *Studies in british overseas trade, 1870-1914*. Liverpool, Liverpool University Press, 1960, esp. 67; JENKINS, Leland H. ...

TABELA 5
VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE CAFÉ E ALGODÃO DO BRASIL E ESTADOS UNIDOS, RESPECTIVAMENTE, ANTES DO FINAL DA ESCRavidÃO
(em mil libras esterlinas)

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Ano	Algodão	Café	Ano	Café	Taxa: Col. (2)/(5)
1826	5.636	690	1861	7.410	1,1
1827	6.613	774	1862	6.229	1,6
1828	5.065	659	1863	6.172	2,2
1829	5.985	705	1864	6.647	2,2
1830	6.684	663	1865	6.764	1,9
1831	5.696	964	1866	6.711	1,9
1832	7.154	1.832	1867	7.431	1,7
1833	8.151	2.770	1868	7.113	1,8
1834	10.154	2.604	1869	6.224	1,8
1835	13.339	2.495	1870	6.903	1,4
1836	14.638	2.396	1871	7.469	1,4
1837	12.986	2.217	1872	9.592	1,2
1838	12.640	2.346	1873	11.995	0,9
1839	12.575	2.575	1874	12.744	0,7
1840	13.115	2.479	1875	13.463	0,8
1841	11.156	2.305	1876	12.583	1,0
1842	9.773	1.921	1877	11.525	1,2
1843	10.086	1.866	1878	12.056	1,2
1844	11.101	1.866	1879	12.025	1,9
1845	10.624	2.048	1880	11.421	1,6
1846	8.782	2.362	1881	10.578	2,1
1847	10.968	2.701	1882	10.165	1,9
1848	12.731	2.589	1883	11.249	1,6
1849	13.634	2.352	1884	12.411	2,1
1850	14.781	3.184	1885	11.405	2,4
1851	23.063	3.951	1886	12.107	2,2
1852	18.063	3.936	1887	14.230	2,3
1853	22.476	4.040	1888	10.857	3,6
1854	19.219	4.894			
1855	18.099	5.547			
1856	26.362	5.861			
1857	27.018	5.518			
1858	26.979	5.082			
1859	33.149	5.904			
1860	39.365	7.426			

Nota: As colunas foram ordenadas de modo a facilitar a comparação das exportações durante os últimos anos da escravidão em ambos os países.

Fontes: BRUCHEV, Stuart. *Cotton and the growth of American economy: 1790-1860, sources and readings*. New York, Harcourt, Brace & World, 1967. Tabela 3-K (a conversão considera a libra segundo a taxa oficial de câmbio de \$4,44 até 1834, e \$4,87 após esta data). BRASIL, Conselho Nacional de Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano V, 1939-1940. Rio de Janeiro: Imp. Nacional 1941, p. 1374-75 (os valores estão ajustados do ano fiscal para o ano do calendário).

Os agricultores que desejassem mecanizar suas culturas ou aplicar novas técnicas de fertilização (ou comprar terras e escravos), poderiam tomar emprestado de seus agentes comerciais nas cidades. Tanto no Brasil como no Sul dos EUA, os comissários proporcionavam a maior parte do crédito aos agricultores, mas a parcela mais significativa destes empréstimos destinava-se às operações de financiamento da própria comercialização ou ainda às despesas regulares de custo, antes que a colheita fosse vendida. Estes agentes, por sua vez, tomavam emprestado de outras instituições: os Baring Brothers, banqueiros comerciais, chegaram a abrir créditos de até 20.000 libras esterlinas a comissários do Sul dos EUA, ao passo que no Brasil os bancos britânicos preferiam, às vezes, emprestar a casas de importação e exportação, frequentemente também inglesas, que por sua vez emprestavam aos comissários⁽⁴³⁾. A comparação entre o volume de crédito oferecido pelos comissários, no Brasil e nos Estados Unidos, é provavelmente impossível, devido a seu grande número e variedade de atividades.

A existência de instituições bancárias em número muito maior no Sul dos EUA do que no Brasil constituiria uma base de comparação mais sólida, embora apenas sintomática. As linhas divisórias entre comerciantes que vendiam a crédito, banqueiros-comerciantes e instituições bancárias complexas não é sempre muito clara, mas o número de bancos formalmente constituídos no Brasil certamente encontrava-se bastante aquém daquele de instituições semelhantes existentes no Sul dos EUA, ainda que este, por seu turno, contasse com poucos em relação ao Norte. Nos Estados Unidos, cada estado possuía sua própria legislação bancária, e especialmente antes de 1835, a legislação bancária impunha poucas restrições quanto aos direitos de os bancos emitirem moeda, permitindo que emprestassem uma elevada proporção de seus depósitos, ou que virtualmente abandonassem a liquidez⁽⁴⁴⁾. Desta forma, eles proliferaram pelo Sul, ao passo que os bancos no Brasil não operaram significativamente até 1850. Ainda assim, a legislação em si mesma oferece ape-

nas uma pequena parte da explicação para o contraste entre o número de bancos nas duas áreas.

Em ambas as regiões, e não surpreendentemente, os bancos desenvolveram ligações com os mercados monetários britânicos. Investidores britânicos compravam títulos dos bancos do Sul dos EUA, que, em número crescente, emprestavam aos agricultores. Embora na década de 1850 a direção desta "generosidade" tenha em alguma medida se transferido para o Norte, ela permaneceu ainda assim significativa. Um preeminente banqueiro brasileiro, em meados do século XIX — o Visconde de Mauá — também estabeleceu íntimos laços com as casas financeiras britânicas. Não possuímos informações quanto ao fato de investidores britânicos deterem títulos de bancos brasileiros, mas vários bancos controlados diretamente por ingleses abriram agências em cidades brasileiras a partir de 1862. Elas operavam basicamente com fundos fornecidos por depositantes locais, de forma que não chegou a ocorrer, como resultado de suas operações, uma transferência expressiva de capital de investimento⁽⁴⁵⁾. Por outro lado, no Brasil como nos Estados Unidos, operações de crédito comercial a prazos curtos dependiam muito das vinculações internacionais. Os banqueiros locais em ambas as regiões estavam ligados a uma vasta cadeia de relações de crédito que não respeitava fronteiras nacionais, e os recursos de capital estavam sempre em maior disponibilidade em Londres, e posteriormente Nova York, do que em Nova Orleans ou Rio de Janeiro.

As taxas de juros prevalentes nas duas regiões proporcionavam um outro teste para a disponibilidade relativa de capital. Infelizmente, ninguém se preocupou em com-

pletar séries regulares para taxas de juros, tanto no Sul dos EUA como no Brasil. Aparentemente, as taxas de juros no Sul dos EUA eram, no geral, substancialmente menores, e a obtenção de empréstimos mais fácil do que no Brasil. Alfred Smith registra taxas para o Sul dos EUA entre 4 e 7%, mas Harold Woodman fala em taxas variando entre 5 e 18%, para estabelecer finalmente um nível de 8% como o prevalecente. De forma semelhante, também no Brasil existe um certo desacordo entre os historiadores, mas a tendência orienta-se para apontar cifras mais elevadas. Um observador da época registrou o custo de empréstimos nos distritos cafeeiros de São Paulo, no início da década de 1880, como de "pelo menos" 10 a 12%. Enquanto Robert Greenhill refere-se às taxas de juros nas zonas cafeeiras como sendo de "até 24%", Pedro Carvalho de Mello estima que estas variavam entre 8 e 12%⁽⁴⁶⁾. A específica-

(43) The migration of British capital to 1875, 1927, reed., New York, Barnes and Noble, 1973; BRUCE, Roots, 133; RIPPY, Fred J. British investments in Latin America, 1822-1949. A case study in the operations of private enterprise in retarded regions. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1959, p. 150-58.

(44) WOODMAN, King Cotton, 162 e passim; SWEIGART, Joseph E. Financing and marketing Brazilian export agriculture: the coffee factors of Rio de Janeiro, 1850-1888. Ph.D. diss., University of Texas at Austin, 1980; JOSLIN, David. A century of banking in Latin America: to commemorate the centenary in 1962 of the Bank of London and South America, Limited, London, Oxford University Press, 1963, p. 163; JONES, Charles. Commercial banks and mortgage companies. In: Business imperialism, 1840-1930: an inquiry based on British experience in Latin America, D.C. M. Platt, ed. Oxford, Clarendon, 1977, p. 17-52; Reports on Business Houses, Rio de Janeiro, 1882, Baring Brothers Papers (London), House Correspondence, HC 16.

(44) AGUIAR, Pinto de. Bancos no Brasil colonial: tentativas de organização bancária em Portugal e no Brasil até 1808. Salvador, Progresso, 1960 (Coleção de Estudos Brasileiros, Série Marajara, 31); LEVY, Barbara. História dos bancos comerciais no Brasil. Rio de Janeiro, IBMEC, 1972; MARCHANT, Anyda. A new portrait of Mauá, the banker: a man of business in nineteenth-century Brazil. Hispanic American historical review, 30 (November 1950), p. 411-31; MARCHANT, Anyda. A sorte não permitiu. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 192, 1946, p. 46-59; JONES, Commercial banks, p. 31-32; SWEIGART, Financing and marketing; SMITH, A.G. Economic readjustment, p. 193-217; GREEN, George D. Finance and economic development in the old south: Louisiana banking, 1804-1861. Stanford, Stanford University Press, 1972, p. 202; FENSTERMAKER, J. van. The development of American commercial banking, 1782-1837. Printed Series, 5, Kent, Ohio, Kent State University Bureau of Economic and Business Research, 1965, p. 77-95; SPARKS, Earl Sylvester. History and theory of agricultural credit in the United States. New York, Crowell, 1932, p. 83-111; ROOTS, Bruce, p. 148; HEATH, Constructive Liberalism, p. 159-230.

(45) WOODMAN, King cotton, p. 162-63; GRAHAM, Britain, p. 65-99, 189-90; MARCHANT, Anyda. Viscount Mauá and the empire of Brazil: a biography of Itneu Evangetista de Souza (1813-1889). Berkeley, University of California Press, 1965; JOSLIN, Century of Banking, p. 60-64; JOHNS, Commercial Banks, p. 18.

(46) SMITH, A.G. Economic readjustments, p. 76, 105, 107, 108; WOODMAN, King cotton, p. 82-83; LAERNE, Brazil and Java, p. 225; GREENHILL, Robert. Brazilian Coffee Trade. In: Business imperialism, 1840-1930: an inquiry based on British experience in Latin America, D.C. M. Platt, ed. Oxford, Clarendon, 1977, p. 205; MELLO, Pedro Carvalho de. The economics of labor in Brazilian coffee plantations, 1850-1888. Ph.D. diss., University of Chicago, 1977, p. 147; entretanto, CASTRO, Heli Oliveira Portocarrero de, Viabilidade econômica da escravidão no Brasil: 1880-1888. Revista Brasileira de Economia, 27 (Janeiro-Março 1973), 29, coloca a variação como sendo entre 7 e 10%, mas prossegue reconhecendo que era "comum" encontrar fazendeiros tomando emprestado a 12% na década de 1880; finalmente, veja LEFF, Nathaniel H. Long-term viability of slavery in a backward, closed economy, Journal of Interdisciplinary History, 5, (Verão 1974), p. 106, e que compara taxas de 6 a 8% para os plantadores americanos de algodão, com taxas de 12 a 18% para fazendeiros brasileiros de café. Veja também HOMER, Sidney. A History of interest rates, 2. ed. (New Brunswick N.J.: Rutgers University Press, 1977).

O impacto das altas taxas de juros no Brasil sobre a elevada frequência de alforrias de escravos e o nível mais baixo

ção do volume exato de recursos financeiros disponíveis nas duas regiões permaneceu, portanto, uma tarefa para pesquisas posteriores, mas apesar das dificuldades a ela associadas, as proporções mais gerais associam claramente. Os fazendeiros (e industriais) no Brasil enfrentavam dificuldades bem mais sérias na mobilização de recursos financeiros do que seus colegas no Sul dos Estados Unidos⁽⁴⁷⁾.

Considerando que a direção seguida pelo capital de investimento derivava de decisões tomadas fora, tanto do Brasil como do Sul dos EUA, a explicação, em última instância, para a relativa escassez de crédito agrícola no Brasil decorreria do maior desejo dos empresários em financiar a produção e comercialização do algodão, que do café. Estes investidores devem ter avaliado

... de cuidados com sua saúde e reprodução foi observado apenas recentemente; além dos trabalhos citados acima, veja também REIS, Jaime, *Abolition and economics of slave-holding in North East Brazil*, *Occasional Papers n. 11*, Glasgow Institute of Latin American Studies, s.d., mimeo, p. 11, 16; DENSLOW, David, *The high importation-to-stock ratio for slaves in Northeastern Brazil: As Interpretation*, (Estudo discutido na Southwestern Social Sciences Conference, San Antonio, Texas, Março 1975, 9n., e no qual é citado seu *Sugar production in Northeastern Brazil and Cuba*, Ph. D. diss., Yale University Press, 1974, cap. 2; e MELLO, Pedro Carvalho de, *Estimating slave longevity in nineteenth-century Brazil*, *University of Chicago, Department of Economics, Report n. 7475-21* (Chicago, s.d.); MELLO, Pedro Carvalho de, *Economics of Labor*, Report n. 7475-9.

(47) O próprio fato de que o café e o algodão apresentavam um potencial de exportação conduziu estes fazendeiros ao endividamento internacional, do mesmo modo que os havia conduzido a utilizar escravos. ENGERMAN, *Marxist Economic Studies*, p. 160; BALDWIN, Robert E. *Patterns of development in newly settled regions, Manchester School of Economic and Social Studies*, 24 (maio 1956), p. 161-79; RUSSEL, Robert R. *The general effects of slavery upon southern economic progress, Journal of Southern History*, 4 (Fevereiro 1938), p. 34-54.

a aplicação em algodão como mais segura, conclusão que não chega a surpreender quando se considera o papel de cada uma destas culturas no contexto do sistema industrial emergente na Europa ou no Norte dos EUA. O algodão era central como matéria-prima, e enquanto as exportações de café dirigiam-se para importadores-torrefeadores nas áreas de consumo, e então diretamente para os atacadistas, o algodão fluía para industriais com investimentos volumosos em equipamentos destinados especialmente para transformar o algodão cru em tecidos. O investimento dos industriais têxteis era muito maior do que o dos torrefeadores, assim como maior era sua necessidade de minimizar os riscos. Não apenas o industrial têxtil dependia pesadamente de uma oferta contínua de matéria-prima, como o número de trabalhadores empregados na transformação do algodão era imensamente superior à mão-de-obra utilizada na torrefação de café. Se os fornecimentos de café tivessem sido interrompidos, nem por isso o progresso do capitalismo industrial teria sido afetado, mas a ameaça à produção de algodão representada pela Guerra Civil Americana provocou instabilidades em toda a economia mundial⁽⁴⁸⁾. Embora o financiamento da produção de algodão incorresse nos riscos de curto prazo associados à superprodução e quedas de preços, o algodão assegurava facilmente, em última instância, sua colocação enquanto matéria-prima, ao passo que o café permaneceria basicamente como uma sobremesa, levemente estimulante.

O capital, no entanto, não era apenas investido na produção, transporte ou comercialização do algodão. Fazendeiros e comerciantes, em ambas as regiões, transferiam parte de seu capital acumulado para empreendimentos industriais, frequentemente tomando emprestado os recursos necessários à aquisição de equipamento. Confronte pudemos ver, esta prática ocorria em

(48) HENDERSON, William Otto, *The Lancashire cotton famine, 1861-1865*, *Economic History Series*, 9, Manchester, England Manchester University Press, 1934.

grau muito maior no Sul dos EUA do que no Brasil. As estruturas sociais contrastantes sugerem que, mesmo diante de gastos de exportação equivalentes, o Brasil não teria investido tanto na indústria quanto o Sul dos Estados Unidos: o tamanho do mercado afeta crucialmente o desenvolvimento industrial, e a melhor distribuição de riqueza no Sul dos EUA se traduziu numa demanda maior por bens industrializados⁽⁴⁹⁾.

R. Graham

tários compreendiam entre 80 e 85% da população rural. Owsley compilou dados estatísticos para amostras de distritos em várias regiões do Sul, e mostrou que mesmo nas áreas mais ricas, metade dos proprietários de escravos possuíam menos do que 20 deles, e que dos fazendeiros que não possuíam escravos, apenas cerca de um quinto não eram proprietários de terras⁽⁵⁰⁾.

A propriedade fundiária é uma medida de distribuição da riqueza numa sociedade agrícola. A imagem de propriedades imensas, nas quais a casa-grande dominava vastas extensões de algodão ou campos intermináveis de café, tipifica a visão tradicional que se tem sobre as regiões estudadas. Frank Owsley desencadeou um vigoroso debate ao argumentar que pessoas de riqueza moderada, com nenhum ou poucos escravos e propriedades de tamanho médio, predominavam na maior parte do Sul dos EUA. Embora os romaneando como a "(...) gente simples do Velho Sul", ele demonstrou de modo convincente que as categorias sociais do Sul eram mais numerosas e complexas do que a divisão até então estabelecida — fazendeiros, brancos pobres e escravos. A maioria dos chefes de famílias agrícolas (com a importante exceção dos escravos) possuía suas terras; os proprie-

Owsley não considerou, entretanto, qual proporção de terra era devida por aquela pequena porcentagem, que possuía, por exemplo, mais de 5.000 acres. Assim quando ele afirma estar determinando com "(...) razoável precisão a estrutura social do Sul rural", pode-se perfeitamente questionar sua definição de "estrutura social"⁽⁵¹⁾. Numa crítica devastadora, Fabian Lindén mostrou que na região mais próspera, por exemplo, os 5% mais ricos possuíam 33% da terra⁽⁵²⁾. Ademais, Owsley não dedicou atenção suficiente à qualidade da terra possuída pelas diferentes classes de proprietários, nem a possível tendência de concentração da terra através do tempo. Ainda mais importante, ele não compitou a distri-

(49) OWSLEY, Frank L. *Plain folk of the old south*, Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1949, p. 7, 16, 200-201; veja também, WEAVER, Herbert (um dos muitos alunos de Owsley), *Mississippi farmers, 1850-1880*, Nashville, Vanderbilt University Press, 1945.

(50) OWSLEY, *Plain Folk*, 17; de acordo com dados nas p. 174 e 200, 0,89% dos senhores de escravos em Lowndes, Mississippi, e 0,24% daqueles no "cinturão negro" de Geórgia possuíam mais de 5000 acres cada um em 1850.

(51) LINDÉN, Fabian, *Economic democracy in the slave south: an appraisal of some recent*, *Journal of negro history*, 31 (1946), 163; ele mostra (na p. 153) que na região do delta do Mississippi as propriedades maiores do que 2000 acres, possuídas por 8,8% dos proprietários fundiários, representavam por 34,2% da terra. Lindén concordou (p. 187), entretanto, que o estereótipo de duas classes, apenas, não é válido.

buição dos escravos⁽⁵³⁾. Não há dúvida de que a riqueza concentrava-se nas mãos de poucos no Sul dos EUA.

Se a concentração era "extrema" ou "normal", depende inteiramente da base de comparação: as regiões agrícolas do Meio-Oeste americano, as cidades industriais do Nordeste dos EUA, ou as regiões cafeeiras do Brasil. Dado que pelo menos implicitamente os historiadores sempre vincularam esta concentração à propriedade de escravos, parece fazer sentido a comparação do Sul dos EUA com uma outra sociedade escravocrata.

Mas o debate sobre a concentração da riqueza ainda não pode ser estendido ao Brasil, devido à ausência de informações concretas e específicas quanto à propriedade da terra e distribuição de escravos. Presumivelmente os plantadores brasileiros tentavam a monopolizar as melhores terras à medida que estas aumentavam de valor durante a expansão cafeeira. Uma vez que, conforme será mostrado abaixo, os títulos de propriedade permaneceram crônica e de liberadamente obscuros, e que o poder político dos mais ricos não foi questionado, é possível acreditar que os pequenos proprietários originais tenham abandonado suas terras. Alguns historiadores argumentam, entretanto, que os proprietários de pe-

quenas extensões com solos marginais eram necessários às grandes propriedades, enquanto fornecedores de alimentos para os trabalhadores nas fazendas⁽⁵⁴⁾. A verdade sobre a distribuição da terra no Brasil, entretanto, permanece ainda desconhecida⁽⁵⁵⁾.

- (54) FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1979, p. 94-95; DEAN, Warren. *Rio Claro: a Brazilian plantation system, 1820-1920*. Stanford, Stanford University Press, 1976, p. 19; STEIN, Vassouras, 47-48; LENHARO, Alcir. *As tropas da modernização (o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842)*. São Paulo, Símbolo, 1979 (Coleção Ensaio e Memória, 21); GALLMAN, Robert E. *Self-sufficiency in the cotton economy of the antebellum South, Agricultural History, 44* (Janeiro 1970), 5-23, no entanto, mostra que nos Estados Unidos grandes fazendas vendiam alimentos a pequenos agricultores, ao invés do contrário; veja também, MORE, *Agriculture*, p. 179, 182. Se para o café, como para o algodão, as tarefas relacionadas à colheita demandavam mais trabalhadores do que qualquer outra atividade nas fazendas, então deveria ocorrer um excesso de mão-de-obra disponível para o cultivo de alimentos durante o resto do ano. WOODMAN, Harold D. *New perspectives on southern economic development: a comment, Agricultural History, 49:2* (Abril 1975), p. 379; GORENDER, *Escravidão Colonial*, p. 241.

- (53) SMITH, A. G. *Economic readjustment*, 80; CAMPBELL, Randolph B. *Planters and plain folk: Harrison County, Texas, as a test case, 1850-1860. Journal of Southern History, 40* (Agosto 1974), p. 369-98; WRIGHT, *Political Economy*, 24-42; WRIGHT, *Economic democracy and the concentration of wealth in the cotton south, 1850-1860, Agricultural History, 44* (Janeiro 1970), p. 63-93; SOLTOW, Lee. *Men and wealth in the United States, 1850-1870*. New Haven, Yale University Press, 1975, p. 136, concluiu que 80% dos homens livres no Sul dos EUA em 1860 não possuíam nenhum escravo; mas OLSEN, Otto H. *His- torians and the extent of slave ownership in the southern United States, Civil war history, 18* (Junho 1972), 111, concentrando-se em famílias brancas no Sul alge- droiro, mostra que este número reduz-se para 52% na Carolina do Sul e Mississippi.

- (55) Alguns estudos sobre a propriedade da terra no Brasil incluem PORTO, José da Costa. *Estudos sobre o sistema sesma- rial*. Recife, Impr. Universitária, 1965; LIMA, Rui Cirne. *Pequena história territo- rial do Brasil. Sessmarias e terras devo- lutas*, 2 ed., Porto Alegre, Livraria Sulina, 1954; LIMA, Rui Cirne. *Terras Devolutas*, Porto Alegre, Globo, 1936; GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968; FRIEIRE, Felsibello. *História territorial do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Jornal do Com- mercio, 1906; COUTY, Louis. *Pequena pro- priedade e imigração europeia*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887. Uma comparação entre a lei norte-americana que regulava a concessão de terras a co- lônios e a lei fundiária brasileira de 1860 é feita por COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisí- vos*. São Paulo, Gráfico, 1977, p. 127-47.

Os historiadores até hoje apresentaram apenas casos isolados, que desafiavam qual- quer generalização. Uma medida padroniza- da que permite comparações de desigualda- de é o coeficiente de Gini (onde zero repre- senta a igualdade perfeita e 1,0 a desigual- dade absoluta). Alice Canabrava, no estudo mais abrangente feito no Brasil sobre o as- sunto, mostrou que em 1818 — quando a produção de culturas de subsistência era ainda bastante generalizada na província de São Paulo, e o café estava longe de ser pre- dominante — o índice de Gini para distri- buição de terra entre proprietários atingia 0,86⁽⁵⁶⁾. Mas como poucos trabalhadores

agrícolas possuíam terra, mesmo este va- lor deixa de representar adequadamente o grau de desigualdade. Por exemplo, utili- zando dados de 1890 relativos a duas paró- quas de um rico município cafeeiro, e que são apresentados na tabela 6, calculamos o índice de Gini para a distribuição da terra entre proprietários em 0,65, mas se todos os homens acima de 20 anos fossem consi- derados como proprietários potenciais, aquele valor se eleva para 0,98⁽⁵⁷⁾. Esta é a razão pela qual o estudo de Owsley permanece tão importante: no Sul dos EUA os pequenos proprietários eram, incompa- ravelmente, mais numerosos do que no Bra- sil. Sem considerar aqueles que não pos- suíam terras, Gavin Wright calculou o índice de Gini para a distribuição da terra entre proprietários no Sul, em 1860, em 0,60⁽⁵⁸⁾.

Até que os historiadores descubram um mé- todo de utilizar os dados brasileiros, e tra- balhem sistematicamente sobre este proble- ma, nenhuma conclusão segura pode ser de- rivada sobre a distribuição da propriedade da terra no Brasil. Provavelmente, no en- tanto, o acesso à propriedade da ter- ra era efetivamente mais difícil no Brasil do que no Sul dos EUA. Um fragmen- to de informação que nos permite sugerir este fato é que na época colonial as conce- ssões de terras no Brasil eram imensamente maiores do que no Sul dos EUA⁽⁵⁹⁾.

- ... entre proprietários de terra nos Estados Unidos como um todo em 1860, e mostrou que se todos os trabalhadores agrícolas fossem incluídos, e não apenas os proprie- tários de terras, este valor se elevaria para 0,78. Para o Sul dos EUA, ele apre- sentou dados apenas para proprietários de terra (p. 133), e — trabalhando com valor, e não com extensões — atingiu um resultado de 0,88, equivalente ao nível brasileiro. Ao mesmo tempo, povoados rurais no Norte dos Estados Unidos apre- sentavam índices de Gini ao redor de 0,50. MAIN, Gloria L. *Inequality in early Ameri- ca: the evidence from probate records of Massachusetts and Maryland, Journal of Interdisciplinary History, 7* (Primavera 1977), p. 560.

- (56) CANABRAVA, Alice P. *A repartição da terra na capitania de São Paulo, 1818. Estudos Econômicos, 2* (Dezembro 1972), p. 113.

- (57) Computei os valores utilizando o método indicado por DOLLAR, Charles M., e JEN- SEN, Richard J. *Historian's guide to sta- tistics: quantitative analysis and historical research*. New York, Holt, Rinehart, 1971, p. 122-24.

- (58) WRIGHT, *Political economy*, 23; ele tam- bém utiliza (p. 26) o valor dos imóveis e alcança um índice de Gini de 0,73. Este- te muita controvérsia quanto a esta ques- tão entre os historiadores americanos: SOLTOW, *Men and wealth*, 130, calculou um valor de 0,62 para a o índice de Gini

- (59) Na América portuguesa, o rei havia doa- do algumas vezes estas doações atingiam muitas léguas quadradas. Veja, GUIMA- RÃES, *Quatro séculos*, p. 39-55. Subse- quentemente, estas sesmarias foram re- partidas, ou através de vendas, ou por meio de heranças, mas de qualquer modo a um grau não considerado por muitos historiadores brasileiros. Cf. FERNANDES, *Revolução Burguesa*, p. 16-26, e FLORY, Rae J.D. *Bahian society in the mid-coloni- al period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Sal- vador, 1600-1725*. Ph. D. diss., University of Texas, 1978, p. 24. Nos tempos colo- niais, no Sul dos Estados Unidos, tornou- se uma prática comum doar cinquenta acres para cada pessoa que o colonizador trouxesse consigo. Embora parcelas imensas viessem a ser posteriormente in- corporadas por uns poucos indivíduos, o padrão geral no Sul dos EUA parece ter refletido propriedades muito menores do que no Brasil; veja, GRAY, *History of agri-*

TABELA 6

DISTRIBUIÇÃO DA TERRA EM DUAS PARÓQUIAS DO MUNICÍPIO DE VASSOURAS, BRASIL, 1890

Tamanho das Propriedades em Alqueires	Proprietários e Propriedades		Propriedades	
	Número	Porcentagem de Proprietários Potenciais ^(a)	Alqueires	Porcentagem
mais de 100	26	13	0,54	57
51 — 100	15	7	0,31	13
26 — 50	28	14	0,58	14
16 — 25	22	11	0,46	6
11 — 15	17	8	0,35	3
6 — 10	41	20	0,86	4
1 — 5	56	27	1,17	2
0	4585	—	95,72	0

(a) = Proprietários potenciais são todos homens acima de 20 anos de idade. Dado que as tabelas do censo relativas à idade não indicam o sexo, eu apliquei a mesma relação entre homens e mulheres existente para a população total de cada paróquia. As tabelas por idade não indicavam raça. O censo de 1890 não apresenta ocupações.

Fontes: STEIN, Stanley J. *Vassouras, a Brazilian coffee county, 1850-1890*. Harvard Historical Studies, 69. Cambridge, Harvard University Press, 1957, p. 225; BRASIL, Diretoria Geral de Estatística, *Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1980*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1988, p. 115; BRASIL, Diretoria Geral de Estatística, *Idades da População recenseada em 31 de dezembro de 1990*. Rio de Janeiro, Oficina de Estatística, 1991, p. 353-57.

Informações quanto à propriedade de escravos no Brasil são ainda mais incompletas do que os dados relativos à propriedade da terra. Funcionários do governo destruíram o conjunto dos registros de escravos — iniciados em 1871 — logo após a abolição da escravidão, a fim de subtrair aos proprietários qualquer base sobre a qual pudessem reclamar compensações. Nenhum manuscrito de dados censitários surgiu até hoje abrangendo os distritos cafeeiros no auge de sua expansão. Os historiadores

poderiam usar amostras de inventários de testamentos, mas a consequência seria a sub-representatividade dos "mais pobres. Não podemos, portanto, afirmar se a propriedade de escravos era mais ou menos concentrada no Brasil do que no Sul dos EUA, embora o custo inferior dos escravos no Brasil possa ter facilitado sua aquisição⁽⁶⁰⁾.

... *culture*, p. 325, 381-403; McLENDON, Samuel G. *History of the public domain of Georgia*. Atlanta, Foyte and Davies, 1924; COTERHILL, Robert S. *The national land system in the south. Mississippi valley historical review*, 16 (Março 1930), p. 495-506; BEEMAN, Richard R. *Labor forces and race relations: A comparative view of colonization of Brazil and Virginia*. *Political Science Quarterly*, 86: 633, December, 1971. Tudo isto não quer dizer que no Brasil não houvesse muito ou mais estratos sociais do que apenas os muito ricos e os muito pobres.

O que se pode concluir com certeza inquestionável é que existiam registros melhores para a propriedade da terra e de escravos nos Estados Unidos do que no Brasil. Nenhum censo nacional foi realizado no Brasil até 1872, e mesmo assim o desse ano não incluía a propriedade da terra, e suas listas manuscritas (que mostrariam a propriedade de escravos) não foram encontradas desde então, talvez por terem sido deliberadamente destruídas. Os poucos manuscritos remanescentes de censos locais, principalmente para o período anterior ao auge cafeeiro, geralmente omitem as propriedades de terra. Em 1850 o congresso brasileiro decretou uma lei fundiária que estabelecia o registro de terra (baseado em declarações juramentadas de seus proprietários), mas sua aplicação foi intermitente, e os registros dispersos, além de poucas vezes indicar a extensão de terras. Os registros de impostos, que tão úteis foram a Owsley, presumem um imposto fundiário, uma burocracia preparada para coletá-lo e uma população disposta a pagá-lo, pelo menos a maioria das vezes⁽⁶¹⁾. A ausência destes registros no Brasil indica a profunda diferença entre as duas regiões em estudo, diferença que tem suas raízes assentadas na história social, na economia política e herança cultural de cada uma delas.

... lugares 0,85. Para as regiões mineiras de aluvião no Brasil, muito após o seu declínio, GORENDER, *Escravidão Colonial*, p. 435, mostra uma distribuição até mesmo mais equitativa dos escravos. SCHWARTZ, Stuart sugere que esta era a tendência no Brasil todo. Patterns of slaveholding in the Americas: new evidence from Brazil, *American Historical Review*, (em edição).

(61) DEAN, Warren. *Latifundia and land policy in nineteenth-century Brazil*. *Hispanic American Historical Review*, 51:506-625, November, 1971. Um grupo de pesquisadores, trabalhando sob a direção da Prof. Isabella de Lima Martins, da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, está organizando os registros de terra para o estado do Rio de Janeiro; nos Estados Unidos, os impostos fundiários antecederam até mesmo a independência. GRAY, *History of Agriculture*, p. 618.

R. Graham

A condição financeira daquele grande número de pessoas que não eram nem fazendeiros ricos nem escravos, permeia diretamente qualquer consideração quanto ao tamanho do mercado para manufaturas⁽⁶²⁾. Estariam trabalhadores agrícolas livres em melhor condição no Sul dos EUA do que no Brasil? A maioria deles, no Sul dos EUA, conforme observado acima, possuía alguma terra, condição esta que se mostra ausente no Brasil. A tradição do pequeno proprietário rural dos Estados Unidos (os "yeoman") não encontra equivalente na experiência luso-brasileira. Certamente os brancos verdadeiramente pobres viviam em condições semelhantes: fora da economia de mercado, em extrema pobreza, mal vestidos, doentes e desnutridos⁽⁶³⁾. Entretanto, o elemento livre médio no Sul dos EUA definiu, provavelmente, uma parcela muito maior do poder aquisitivo da região do que aquela relativa a brasileiros na mesma condição. Quando este quadro se combina com a maior riqueza da região como um todo, observa-se que o poder aquisitivo dos consumidores sulistas ultrapassava enormemente o dos brasileiros.

A imigração não contribuiu para que o Brasil compensasse este desequilíbrio. Mesmo antes do fim da escravidão, milhares de europeus imigraram para as fazendas brasileiras, para trabalhar lado a lado

(62) Quanto à incapacidade deste grupo em proporcionar um mercado adequado para bens industrializados, veja GENOVESE. The significance of the slave plantation, p. 422-37, mas veja também as observações sobre o assunto feitas por PARKER, *Slavery and southern economic development*, p. 117. Veja ainda BRUCEY, *Roots*, p. 162-72, esp. 171.

(63) Cf. EATON, *Growth of southern civilization*, p. 169-70, e LOBATO, Monteiro. *Urutés*, 2 ed. São Paulo, Brasiliense, 1947, p. 235-36. Os historiadores do Brasil devem diferenciar mais cuidadosamente entre os capangas, como o faz Eaton, e como WILLEMS, Enfilio, começa a fazer em *Social differentiation in colonial Brazil*. *Comparative Studies in Society and History*, 12 (1): 31-49, January, 1970.

com os escravos. Este fenômeno contrasta com a experiência dos Estados Unidos, onde os imigrantes evitavam as áreas rurais escravistas. O fato pode ser explicado pelas circunstâncias em câmbio na Europa, pelas oportunidades já reduzidas de aquisição de terras nos Estados Unidos, pela crença generalizada e justificada de que a escravidão no Brasil estava próxima de seu fim, e também pelos esforços de recrutamento dos cefaleiros brasileiros. Ao trabalharem em condições que se aproximavam daquelas da escravidão, entretanto, os imigrantes não contribuíam com sua presença para elevar o número de consumidores no Brasil. Pelo contrário, sua disponibilidade provavelmente reduziu o crescimento dos salários reais⁽⁶⁴⁾. Desta forma, manteve-se no Brasil a pobreza relativa daquela classe rural constituída por homens livres que não possuíam escravos e, apesar da imigração, não há dúvidas de que este fato limitou consideravelmente o mercado de bens industrializados, tanto nas cidades quanto no campo.

As vilas e cidades do Sul dos EUA ofereciam provavelmente um mercado para bens industrializados muito mais amplo do que as

áreas não-rurais no Brasil. Uma estimativa da extensão da urbanização no Brasil é difícil de se realizar, porque os censos brasileiros de 1872 e subsequentes apresentam os dados de população segundo as paróquias de cada município, sem distinguir, normalmente, entre áreas urbanas e rurais. Uma vez que a superfície das paróquias variava enormemente, e que não foi ainda calculada a área de cada uma, mesmo a densidade da população não pode ser obtida para este período. Visitantes estrangeiros, tanto no Brasil como no Sul dos EUA, descrevem pequenas vilas modorrentas e com centros comerciais pouco movimentados, mas nossas próprias leituras de descrições de viajantes e de fontes secundárias levam-nos a crer que o Sul desfrutava de uma vida urbana mais ativa, com mais comerciantes locais e um maior intercâmbio de mercadorias do que o Brasil⁽⁶⁵⁾. Joaquim Nabuco, abolicionista brasileiro, descreveu os efeitos da escravidão sobre as cidades brasileiras do seguinte modo:

"Exceção em Santos e Campinas, em São Paulo; Petrópolis e Campos, no Rio de Janeiro; Pelotas, no Rio Grande do Sul; e alguma outra cidade mais, não há casas de negócio senão nas capitais, onde se encon-

tre mais do que um pequeno fornecimento de artigos necessários à vida, esses mesmos ou grosseiros, ou falsificados (...). Por isso, o que não vai diretamente da Corte, como encomenda, só chega ao consumidor pelo mascate"⁽⁶⁶⁾.

Se as cidades brasileiras eram realmente menos numerosas, menores, e com um ritmo de atividade comercial menos intenso, a explicação deve ser buscada tanto no valor menor de sua principal mercadoria comercial quanto na distribuição mais desigual da riqueza. O reduzido número de fazendeiros no Brasil, que preferiam realizar seus negócios na capital, não podiam proporcionar empregos para lojistas, ferreiros, coqueiros, advogados, médicos, banqueiros, funcionários e outros, cuja descrição nas cidades do Sul dos EUA é tão comum nas leituras.

As cidades do Sul dos EUA efervescentes especialmente em dias de eleição. Por volta de 1860, não apenas os homens de posse podiam votar, mas quase todo adulto branco livre, do sexo masculino⁽⁶⁷⁾. Alguns historiadores argumentam convincentemente que o predomínio político, social e cultural dos fazendeiros ricos conferiu ao Sul dos EUA sua feição distinta, quando comparada com a do Norte; todos aspiravam a esta condição de grandes fazendeiros, que como senhores continuaram a exercer patronagem e influência⁽⁶⁸⁾. Quando cotejado com

o Brasil, no entanto, emerge uma visão diferente do Sul dos EUA. O poder dos proprietários da terra — ou de qualquer grupo — não se presta a qualquer quantificação precisa, mas seria certamente difícil acreditar que nas regiões cafeeiras do Brasil qualquer força política real reposasse sobre pequenos proprietários ou trabalhadores livres⁽⁶⁹⁾. Mesmo no século XX, o peso político dos "maturos" permaneceu inexpressivo.

... que estudos quanto às origens sociais dos políticos revelam "aquilo que até mesmo um tolo sempre soube", ou seja, que os políticos eram normalmente advogados, Yeoman Farmers in a Slaveholder's Democracy, *Agricultural History*, 49:339, Abril, 1975. Veja também, DOWD, Douglas F. Discussion, *em Slavery as an obstacle*, Conrad et. alii, eds., 537; e SHUGG, Roger W. *Origins of class struggle in Louisiana: a social history of white farmers and laborers during slavery and after*, 1840-1875, (1939, reed., Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1972, p. 121-56.

(64) HALL, Michael M. The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914. Ph. D. diss., Columbia University, 1969; HOLLOWAY, Thomas H. Migration and mobility: immigrants as laborers and landowners in the coffee zone of São Paulo, Brazil, 1886-1934. Ph. D. diss., University of Wisconsin, 1974; HOLLOWAY, Thomas H. The coffee colono of São Paulo: migration and mobility, 1880-1930. *Land and labour in Latin America*, Kenneth Duncan e Ian Rutledge, eds. Cambridge, Cambridge University Press, 1977, p. 301-332; HOLLOWAY, Thomas H. Creating the reserve army? The immigration program of São Paulo, 1886-1930. *International Migration Review*, 12:187-209, Verão, 1978; ELLIS JR., Alfredo. *Populações paulistas*. São Paulo, Editora Nacional, 1934, p. 57-79 (Biblioteca Pedagógica Brasileira, ser. 5, 27); LEFF, Tropical trade, p. 688, 690-91; SANTOS, Ana Maria dos. Immigration and the ideology of modernization: the Brazilian meanings of North American immigration, mecanografiado.

(65) Cf. e. g., OLMSTEAD, Cotton kingdom, p. 212-221, e BURTON, Richard F. *Explorations of the highlands of the Brazils: with a full account of the gold and diamond mines; also, canoeing down 150 miles of the great river São Francisco from Sabará to the sea*, 2 vol. London, Tinsley, 1869, I, p. 34-115. Veja também WOODMAN, King Cotton, p. 189-91; GOLDIN, Urban Slavery, p. 11-27; MERRICK, Thomas W. e GRAHAM, Douglas H. *Population and economic development in Brazil, 1800 to the present*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1979, p. 186-88. O fato de que os censos brasileiros não distinguem entre cidades e municípios deriva, obviamente, não apenas da natureza das unidades políticas, mas do próprio conceito de "urbano"; veja MORSE, Richard W. *Prolegomenon to latin american urban history*. *Hispanic American Historical Review*, 52: 359-94, Agosto, 1972.

(66) NABUCO, Joaquim. *Abolitionism: the Brazilian antislavery struggle*. Robert Conrad, trad. e ed. Urbana, University of Illinois Press, 1977, p. 125. Uma descrição semelhante aparece em Olmstead. *Cotton kingdom*, p. 528-29.

(67) GREEN, Fletcher M. Democracy in the old south. *Journal of Southern History*, 12:14-15, Fevereiro, 1946.

(68) GENOVESE. *Political economy*, p. 28-31; a propriedade detida pelos legisladores foi estudada por WOOSTER, Ralph A. *The people in power: courthouse and statehouse in the lower south, 1850-1860*. Knoxville, University of Tennessee Press, 1969; GENOVESE, Eugene D., no entanto, replicou ...

(69) Quanto à mensuração do poder político dos proprietários da terra, veja GRAHAM, Richard. Political power and landownership in nineteenth-century Latin America, in: *New approaches to Latin American history*, Richard Graham e Peter H. Smith, eds., H. Smith, eds. Austin, University of Texas Press, 1974, p. 112-36. Observe, no entanto, que FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 2. ed. Porto Alegre, Globo e Editora da Universidade de São Paulo, 1975, argumentou que o Estado brasileiro era totalmente independente da influência dos proprietários da terra, e que era até mesmo antagonista a eles. BARMAN, Roderick J. sustentava que mesmo os homens pobres tinham bastante poder. The Brazilian peasantry reexamined: the implications of the Quebradores Revolt, 1874-1875. *Hispanic American Historical Review*, 57: 401-424, Agosto, 1977; mas LEWIN, Linda, apresenta fortes evidências do contrário em Some historical implications of kinship organization for family-based politics in the Brazilian Northeast. *Comparative studies in society and history*, 21 (2): 268-67, 277-78, 289-90, Abril, 1979, e também em seu The oligarchical limitations of social banditry in Brazil: the case of the 'good' thief Antonio Silvino, Past and Present, n.º 82, Fevereiro, 1979, p. 116-46.

vo, e os políticos brasileiros que têm apelado a eles só sofreram derrotas. Em contraste, Michael Johnson argumenta ter sido o temor das grandes fazendeiros, de que a emergência de pressões democráticas por parte dos sulistas pobres e medianos se transformasse em ameaça a seu domínio político, a causa — pelo menos em parte — do movimento de secessão na Geórgia. Os sulistas pobres podiam votar mesmo quando analfabetos, ao passo que no Brasil a prova de propriedade legalmente instituída para os votantes, embora ignorada quando se visse aos interesses dos potentados locais, tornou-se ainda mais restritiva exatamente quando se aproximava o final da escravidão⁽⁷⁰⁾.

Isto não quer dizer, no entanto, que é o poder político do sulista médio a explicar a maior distribuição da riqueza; a interpretação pode operar na direção oposta. O que não deixa dúvidas é que os dois fenômenos estão intimamente relacionados, especialmente quando considerados através de um longo período de tempo. E torna-se de suma importância observar, por exemplo, o volume de dinheiro público investido em desenvolvimento humano no Sul dos EUA. Quanto a este aspecto, esta região superava enormemente o Brasil, não importando quão defasada com relação ao Norte ela se encontrasse. Apenas 21% das pessoas livres no Brasil em 1872 podiam ler (22,7% nas províncias cafeeiras), enquanto para o Sul, em 1850, dados equivalentes já atin-

giam 79,7%⁽⁷¹⁾. Enquanto no Sul dos EUA, em 1860, havia 512 pessoas para cada médico (572 nos cinco estados algodoeiros mais importantes), no Brasil a relação era de 5.048 pacientes potenciais para cada médico, em 1872 (e 9.026 nas províncias cafeeiras)⁽⁷²⁾. Esta maior atenção dedicada às necessidades humanas nos Estados Unidos conduziu, certamente, a uma força de trabalho e quadros empresariais melhores alimentados, mais saudáveis e energéticos, entre a população livre. Mais ainda, ela reflete uma crença, compartilhada até mesmo pelos fazendeiros sulistas, quanto aos benefícios mais gerais a serem derivados de tais investimentos. Tanto o ethos mais geral, quanto as práticas particulares, decorrem de mudanças nas estruturas políticas que antecederam a era do algodão, alterações estas que os brasileiros não experimentaram. Antes de voltarmos para aqueles antecedentes, no entanto, devemos ainda considerar os graus contrastantes de mobilidade social e as características culturais divergentes.

Uma mobilidade social acelerada tanto decorre de recompensas pelas atividades empresariais, como conduz a elas. Assim, as oportunidades oferecidas por uma distribuição da riqueza relativamente equilibrada, numa economia que atraía consideráveis investimentos estrangeiros e que era capaz de adquirir em quantidades abundantes bens de capital, encorajavam os empresários, que

(71) Os dados para o Brasil são derivados do censo de 1872, e referem-se à porcentagem do total de alfabetização sobre o total de pessoas livres acima de seis anos de idade. Brasil, *Directoria Geral de Estatística, Recenseamento... 1872*. Rio de Janeiro, Leuzinger, 1873-76; os dados para os Estados Unidos são de EATON, *Growth of southern civilization*, p. 160; veja também, ENGELMAN, *Reconsiderations*, 353n., e que registra o índice de alfabetização entre os brancos no Sul dos EUA como de 84%.

(72) U. S. Census Office, *Population of the United States in 1860*. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1864; Brasil, *Recenseamento... 1872*.

passavam a esperar então uma ascensão social. De outro lado, a permeabilidade dos estratos sociais mais elevados à entrada de quem provinha de estratos inferiores, e que havia adquirido sua riqueza através de poupanças, trabalho duro e atividades de risco, contribuía mais para atrair tais esforços. Evidentemente, o grau de mobilidade social, assim como o poder dos grandes proprietários, torna-se uma questão de ênfase. Não é necessário que exageremos as facilidades de mobilidade social, para cima ou para baixo, entre os norte-americanos, seja nos séculos XVII, XIX ou XX, assim como o Brasil nunca teve um sistema social totalmente rígido, que excluísse qualquer mobilidade. Mas quando as duas sociedades são colocadas lado a lado, a comparação sugere uma maior fluidez no Sul dos EUA⁽⁷³⁾. Se os sulistas investiam proporcionalmente mais de suas rendas pessoais e uma maior parcela dos ganhos de exportação da região, em fomentar o crescimento e o desenvolvimento, quando se os compara com os brasileiros, a explicação pode ser encontrada nos padrões contrastantes de mobilidade social. Um estudo sistemático da mobilidade social nestas duas áreas torna-se realmente necessário.

O Brasil superava o Sul dos EUA em um tipo de mobilidade social: a frequência de alforrias. Conforme mostrado na tabela 7, negros ou mulatos livres, no Brasil, excetavam em muito tanto escravos como brancos. Carl Degler observou esta diferença e, ao focalizar particularmente o destino subsequente do mulato, considerou a posição intermediária deste grupo racial como básica para a explicação da ausência de uma separação muito marcada segundo a cor, no Brasil de hoje⁽⁷⁴⁾. Nós estenderíamos um

dos argumentos de Degler sobre os mulatos também aos negros libertos: a ideologia igualitária e liberal dos norte-americanos tornou quase impossível a abertura de um espaço para homens livres a quem os brancos, não obstante, consideravam inferiores. Apenas duas categorias existiam: livres e iguais, ou escravos. A estrutura social brasileira, com seus inúmeros estratos, colocava cada indivíduo ou acima ou abaixo de algum outro. Não existe palavra equivalente em língua inglesa para o conceito brasileiro de "condição", um termo utilizado para indicar um lugar preciso na estrutura social. Exatamente porque o Brasil contava com uma estratificação assim elaborada, um grande número de negros ou mulatos libertos não representava qualquer ameaça à ordem estabelecida.

Assim, enquanto no Brasil o ato de libertar um escravo era visto como louvável e paternalista, no Sul dos EUA uma atitude semelhante ameaçava a própria estrutura da sociedade, e os escravos libertos, frequentemente, ou se deslocavam da área ou ficavam sujeitos a nova escravidão⁽⁷⁵⁾. O maior controle social existente no Brasil tornou esta forma limitada de mobilidade (de escravo a negro liberto) mais possível do que nos Estados Unidos⁽⁷⁶⁾. Não era,

(75) COHEN, David W. e GREENE, Jack P., eds., *Neither slave nor free: the freedman of african descent in the slave societies of the New World*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1972, p. 86-92, 287-88, 318-21; FRANKLIN, John Hope, *The free negro in North Carolina, 1790-1860* (1943, reed. New York, Norton, 1971).

(76) O reduzido controle exercido pelas elites sulistas sobre a população livre poderia explicar porque a prática de os escravos alugar-se a si mesmos, à qual nos referimos anteriormente, representava uma ameaça que não era sentida no Brasil. Similiter, deveria ser notada a bem sucedida sindicalização de trabalhadores brancos nas cidades do Sul dos EUA, muito antes que qualquer movimento semelhante ocorresse no Brasil. GENOVESE, *Political economy*, p. 231-33; EATON, *Growth of southern civilization*, p. 165-67;

(73) SOLTOW, Men and Wealth, p. 176, mostra que o tamanho das propriedades no Sul tendia a crescer com a idade, que 80% das pessoas com sessenta anos possuíam alguma propriedade, e conclui que homens jovens tinham razoáveis motivos para aspirar a adquiri-las.

(74) DEGLER, *Neither black nor white*, p. 213-64.

(70) JOHNSON, Michael P., *Toward a patriarchal republic: the secession of Georgia*. Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1971; EATON, *Growth of southern civilization*, p. 173, 175-76; RODRIGUES, José Honório, *Conciliação e reforma no Brasil, um desafio histórico-político*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p. 135-62 (Retratos do Brasil, 32); mas veja BUESCU, Mircea, *Brasil, disparidades de renda no passado, subsídios para o estudo dos problemas brasileiros*. Rio de Janeiro, Apec, 1979, p. 78-108.

TABELA 7
POPULAÇÃO DO BRASIL E SUL DOS EUA, POR RAÇA

	Brasil 1872	Sul dos EUA 1880
Escravidos mulatos e negros	1.510.810	3.953.696
Negros e mulatos livres	4.245.428	261.918
Total de negros e mulatos	5.756.238	4.215.614
Branços	3.787.289	8.097.463
Total da população	9.543.527	12.313.077
Negros e mulatos livres como porcentagem do total de negros e mulatos	74%	6%
Negros e mulatos livres como porcentagem do total da população	44%	2%

Fonte: COHEN, David W. & GREENE, Jack P., eds. *Neither slave nor free: the freedman of African descent in the slave societies of the New World*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1972. p. 314, 339.

no entanto, uma diferença que contribuiu para o desenvolvimento econômico.

As diferenças no grau de mobilidade e nas estruturas políticas conduzem a questões acerca da cultura e valores da sociedade. Os efeitos da cultura sobre o desenvolvimento econômico têm sido debatidos há longo tempo e não é nosso propósito avançar a questão. A ética protestante mostrou-se um instrumento explicativo inadequado, e o catolicismo brasileiro provavelmente teria pouco a acrescentar a este respeito, embora alguns possam argumentar que ele se adequava e fortalecia uma sociedade corporativa⁽⁷⁷⁾. A presença ou au-

sência do "espírito do capitalismo" apenas ressalva a questão, e a psicologia de grupos em desvantagem não parece ser particularmente aplicável ao Sul dos EUA ou ao Brasil⁽⁷⁸⁾.

Pode-se provavelmente concordar, no entanto, com os autores que alegam que, sempre que a burguesia dominar uma sociedade, as características culturais que conduzem a atividades empresariais serão enfatizadas e recomendadas, quase por definição, e, em contraste, uma aristocracia fundiária tende a valorizar mais o status, a deferên-

ciologia, etc. 1-10. Julho, 1955; DEMANT, V.A. *Religion and the decline of capitalism. The Holland lectures for 1949*. London, Faber and Faber, 1952.

(77) STAROBIN, Industrial slavery, p. 118-19 127; FAUSTO, Boris, *Trabalho urbano e conflito social, 1890-1920*, São Paulo, Difel, 1977 p. 41-44 (Corpo e Alma do Brasil, 46).

(78) ROBERTSON, H.M. *Aspects of the rise of economic individualism: a criticism of Max Weber and his school*. Cambridge, Cambridge University Press, 1933; BRODERICK, James, S.J., *The Economic morals of the Jesuits: an answer to Dr. H.M. Robertson*. London, Oxford University Press e Humphrey Milford, 1934; SAMUELSON, Kurt, *Religion and economic action*. E Geoffrey French, trad., D.C. Coleman, ed. New York Basic Books, 1961; WAX, Rosalie e WAX Murray, *The vikings and the rise of capitalism*, *American Journal of So-*

SOMBART, Werner. *The Quintessence of capitalism: a study of the history and psychology of the modern business man*. E. Epstein, ed. e trad. London, Fisher Unwin, 1915; GERSCHENKRON, Alexander, *Social attitudes, entrepreneurship and economic development*, *International Social Science Bulletin* 6 (3): 252-58, 1954; HAGEN, Everett E. *On the theory of social change: how economic growth begins*. Homewood, Illinois, Dorsey, 1962; MCCLELLAND, David C. *The achieving society*. Princeton Van Nostrand, 1961; ALEXANDER, Alec P. *The supply of industrial entrepreneurship, Explorations in entrepreneurial history*, 2a ser., 4 (Inverno 1967), p. 136-49.

cia e o lazer⁽⁷⁹⁾. O problema aqui é considerar a diferença entre duas regiões estudadas que parecem, à primeira vista, ter sido dominadas por um grupo senhorial. Creemos estarem Robert Fogel e Stanley Engerman enganados quando insistem em que o Sul era tão "capitalista" quanto o Norte, mesmo se aceitarmos sua aceção para o termo; parece claro, isto sim, que o Sul era certamente muito mais dominado por valores burgueses do que o Brasil. Embora alguns fazendeiros brasileiros investissem em estradas de ferro, a maioria recusava-se a contribuir até mesmo para a construção de estradas comunitárias, indiferentes à possibilidade de obterem lucros maiores através de um melhor sistema de transportes. Eles sabiam que as imprecisões nos registros de terras fortaleciam a sua autoridade, pois a lei pode ser um recurso dos mais fracos, mesmo tendo sido originalmente redigida pelos mais fortes. Assim, não insistiam em determinar claramente as fronteiras de suas propriedades, nem esforçavam-se por esclarecer conflitos que eventualmente recaíssem sobre seus títulos, mesmo que isso facilitasse o uso de suas terras como garantia em empréstimos. Muitos deles resistiram por longo tempo às tentativas de reforma das leis hipotecárias — ainda que isto tivesse incrementado o fluxo de crédito para a agricultura — em nossa opinião porque, mais do que os sulistas, encravavam a terra tanto como uma fonte de poder como uma fonte de lucros⁽⁸⁰⁾. Um estudo de ideologia comparativa entre os

fazendeiros parece há muito necessário, e irá indicar não um contraste tipo branco-e-preto, mas uma variedade de matizes cinzas; será então necessário articular critérios precisos através dos quais se possa medir as relações senhoriais.

Para explicar porque no Sul dos EUA estas relações eram menos frequentes do que no Brasil, o historiador não pode apenas apontar para relações escravistas de produção. Deve penetrar muito mais fundo no passado. Os movimentos de independência destas duas regiões tiveram significados sociais radicalmente distintos. Enquanto estudantes da história americana discutem se a Revolução Americana ampliou ou não a democracia social do país, e a facilitou o surgimento e acesso de novos grupos sociais ao poder político⁽⁸¹⁾, os historiadores brasileiros de hoje concordam que o lento processo de independência, que ali terminou em 1831, significou o domínio inquestionável dos mais ricos no âmbito do poder. Embora os proprietários de terras nas regiões novas se chocassem com aqueles estabelecidos nas áreas mais antigas, e os comer-

(79) FERNANDES, *Revolução Burguesa: GENOVESE, Political Economy*.

(80) As duas posições com relação ao Sul estão expostas em GENOVESE, *Political Economy*, 13-38, e FOGEL e ENGERMAN, *Time on the Cross*. Veja também, DEGLER, Carl N. *Plantation society: old and new perspectives on hemispheric history*, *Plantation society in the Americas*, 1 (Fevereiro 1979), 13-14. Para críticas sobre as posições de Fogel e Engerman quanto a este assunto, veja DAVID, Paul A. e TEMIN, Peter, *Capitalist Masters, bourgeois slaves*, *Journal of Interdisciplinary History*, 5: 445-57, Inverno, 1975; TEMIN, Peter, *Slave-*

ry the progressive institution, *Journal of Economic History*, 34: 739-83, setembro, 1974; e FOX, Elizabeth e GENOVESE, Poor Richard at work in the cotton fields: a critique of psychological and ideological presuppositions of Time on the Cross, *Review of Radical Political Economics*, 7: 67-83, outubro, 1975. Acreditamos que a hegemonia da burguesia do Norte na nação unificada pode ter forçado os fazendeiros sulistas, em auto-defesa, a articular uma posição mais senhorial do que aquela que se poderia depreender de seu comportamento. Sobre leis hipotecárias e precisão dos títulos fundiários, veja SWEIGART, *Financing and marketing*, p. 109-217. Quanto à relação entre cultura e crescimento econômico, veja NICHOLS, William H. *Southern tradition and regional progress*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1960.

(81) Os pontos mais importantes do debate estão descritos sucintamente em BARROW, Thomas C. *The American Revolution as a colonial war for independence*, *William and Mary Quarterly*, 25: 452n-453n, Julho, 1968.

cientes e burocratas anexassem também por posições, os pequenos proprietários de terra e a pequena burguesia lucraram muito pouco ou quase nada⁽⁸²⁾.

As colônias Brasil e Sul dos EUA eram tão diversas quanto se tornaram suas sociedades num período posterior. Menos pesquisas foram realizadas até hoje com relação ao Brasil, e as visões simplistas de "estamentos" sociais rígidos que impediam qualquer mobilidade no Brasil serão seguramente descartadas; ainda assim, até mesmo uma leitura superficial da história das duas regiões leva o observador a crer que o Brasil deve ter experimentado um grau de igualdade e mobilidade social muito menor do que as colônias do Sul dos EUA, não importa quão pequeno possa ter sido este grau nestas últimas⁽⁸³⁾.

Tais diferenças deixaram suas marcas e contribuíram para amoldar a vida das gerações seguintes. O mercado consumidor mais extenso e a maior propensão a investir entre sulistas, na metade do século XIX, quando se os compara aos brasileiros, devem decorrer em grande parte desta herança.

(82) RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contra-revolução*, 5 vols. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975; MOTA, Carlos Guilherme, ed., 1822: Di-mensões. São Paulo, Perspectiva, 1972; FLORY, Thomas H. Judge and jury in imperial Brazil: the social and political dimensions of judicial reform, 1822-1848. Ph.D. diss., University of Texas at Austin, 1975; MORTON, F.W.C. The conservative revolution of independence: economy society and politics in Bahia, 1790-1840. Ph.D. diss., University of Oxford, 1974; e FERNANDES, *Revolução burguesa*, 15-30; mas cf. FAORO, Os Donos do Poder, 1, 241, 312.

(83) FERNANDES, *Revolução burguesa*, p. 15-30; FLORY, R.J.D. Bahian society, p. 96-157; NASH, Gary B. *Class and society in early America*. Englewood Cliffs, N.J. Prentice-Hall, 1970 e, especialmente, as leituras por ele sugeridas.

As estruturas sociais dos países-metrópole, de onde emergiram estas colônias, também parece ser bastante diferente. Nada simboliza mais claramente esta diferença do que a natureza contrastante das revoluções inglesa e portuguesa de 1640. Embora haja muita controvérsia quanto ao significado da Revolução Puritana, mesmo apenas a consideração dos grupos sociais do Portugal contemporâneo e a natureza conservadora da revolta anti-hispanica de 1640 permitem verificar quão diferentes eram as estruturas a partir das quais as duas colônias americanas originaram-se⁽⁸⁴⁾. Um exame das alterações sociais que tiveram lugar na Inglaterra muito antes de 1700 exigirá dos historiadores tanta atenção quanto o escravismo, a fim de se compreender a história econômica do Sul dos EUA. Ou seja, parte da explicação para as situações contrastantes entre Brasil e Sul dos EUA deve ser buscada nos valores senhoriais e na sociedade hierarquicamente estruturada presentes de modo mais arraigado em Portugal do que na Inglaterra, e importadas pelo Brasil com menos erosão: em outras palavras, são diferenças que penetram mais profundamente, e que resistiram por mais tempo do que a instituição escravista.

É destas diferenças entre os passados respectivos de Brasil e Sul dos Estados Unidos que deriva a concentração da riqueza em menos mãos e os menores investimentos em desenvolvimento humano no Brasil. O mercado mais limitado nesta região não

se devia tanto à escravidão, quando decorria de uma desigualdade na distribuição da riqueza entre a população livre, uma condição que rebate na própria colonização brasileira. O Sul, como o Norte dos EUA, emergiu de uma sociedade onde a revolução burguesa já tinha sido iniciada mesmo antes da colonização. Este fato contribui para explicar a clara definição dos títulos fundiários, a presença de tantos pequenos proprietários rurais, e a ameaça sentida pelos fazendeiros sulistas diante do surgimento de grupos intermediários. A escravidão pode ter de algum modo retardado o desenvolvimento econômico tanto no Sul dos EUA quanto no Brasil, mas utilizá-la como principal mecanismo explicativo para o ritmo persistentemente lento do desenvolvimento no Brasil significa ignorar forças até mesmo mais importantes.

Os contrastes na estrutura social, e o papel das culturas de exportação de cada região em foco no contexto do capitalismo industrial — o algodão constituindo uma matéria-prima essencial, e o café uma sobre-mesa —, quando combinados com o maior valor das exportações do Sul, podem explicar as outras diferenças aqui examinadas: o Sul atraía mais recursos de capital, aplicava um nível de tecnologia agrícola mais elevado, dispunha de um melhor sistema de transportes e testemunhou um crescimento industrial mais intenso.

Mais ainda, a comparação do Brasil com o Sul dos Estados Unidos sugere que, a fim de compreender as reais relações entre escravidão e desenvolvimento econômico, devemos considerar os parâmetros estabelecidos pelos desenvolvimentos históricos através de um longo período de tempo.

(84) STONE, Lawrence. *The Causes of the english revolution, 1529-1642*. New York, Harper and Row, 1972; FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. Portugal na época da restauração. Universidade de São Paulo, 1951 (tese de doutorado). O debate sobre a situação na Inglaterra está refletido em STONE, Lawrence, *Social mobility in England, 1500-1700*. Past and Present, 33: 16-55, Abril, 1966; EVERITT, Alan, *Social mobility in early modern England, Past and Present*, 33: 56-73, Abril, 1966; SPECK, W. A. *Social status in late Stuart England, Past and Present*, 34: 127-29, Julho, 1966; e STONE, Lawrence, *Social mobility, Past and Present*, 35: 156-57, Dezembro, 1966.